

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAYZA FERRONATO

**INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES: A INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES À LUZ DA LEI  
13.441/2017**

CURITIBA

2017

MAYZA FERRONATO

**INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES: A INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES À LUZ DA LEI  
13.441/2017**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Direito no Curso de Graduação de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rui Carlo Dissenha

CURITIBA

2017

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MAYZA FERRONATO

### **INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES À LUZ DA LEI 13.441/2017**

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em  
Direito no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Professor Orientador:

---

Professor Doutor Rui Carlo Dissenha  
Núcleo de Prática Jurídica Penal, UFPR

---

Professora Doutora Érica de Oliveira Hartmann  
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

---

Professor Doutor Guilherme Brenner Lucchesi  
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, ABDCONST

Curitiba, 27 de novembro de 2017.

## RESUMO

A ocorrência de crimes virtuais contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes aumenta cada dia mais, mesmo diante da existência de dispositivos constitucionais e legais que enfatizam a proteção de tal parcela populacional. Principalmente em razão da difusão do uso da *internet* pelo mundo e da especialização das técnicas utilizadas pelos agentes criminosos, os órgãos de persecução criminal encontram inúmeros entraves na investigação aos delitos envolvendo a disponibilização de registros pornográficos infantojuvenis na rede mundial de computadores. Nesse cenário, instrumentos como os acordos de cooperação jurídica internacional, os acordos de cooperação operacional entre instituições e a interceptação do fluxo de comunicações telemáticas e informáticas podem ser bastante úteis para a elucidação das infrações penais. Além disso, a Lei 12.850/2013, conhecida como Lei de Organizações Criminosas, traz técnicas de investigação passíveis de utilização na apuração de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, como, por exemplo, o instituto da infiltração de agentes. Mesmo assim, em 2017 foi sancionada a Lei 13.441/2017, responsável por incluir no Estatuto da Criança e do Adolescente dispositivos relativos à infiltração de agentes de polícia na *internet* para investigar delitos contra a dignidade sexual infantojuvenil. Destarte, a partir da análise dos requisitos e procedimentos previstos na Lei 13.441/2017, verificar-se-á sua relevância no âmbito da apuração de delitos contra o público infantojuvenil.

Palavras-chave: Crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Investigação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Infiltração de agentes.

## **ABSTRACT**

The occurrence of virtual crimes against children's and adolescents' sexual dignity increases every day, even though there are constitutional and legal provisions that emphasize the protection of this group. Mainly because the use of internet has spread around the world and the criminal's techniques specialized, the government agencies find many barriers in the investigation of crimes involving pornography registers on internet. In this scenario, instruments like international legal cooperation agreements, cooperation agreements between institutions and communication interception can be useful to the elucidation of the crimes. Besides, Law 12.850/2013, known as Criminal Organizations Law, provides hypotheses that can be used to investigate crimes against children's and adolescents' sexual dignity, as, for example, an undercover operation. Even so, approved in 2017, Law 13.441/2017 was responsible for including the provision of virtual undercover operation aiming at investigating crimes against children's and adolescents' sexual dignity in the Child and Adolescent Statute. Therefore, based on the analysis of Law 13.441/2017 requirements and procedures, it is necessary to analyze the relevance of the virtual undercover operation in criminal investigations concerning sexual crimes against children and adolescents.

**Keywords:** Crimes against children's and adolescents' sexual dignity. Investigation. Child and Adolescent Statute. Virtual undercover operation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ...</b>	<b>9</b>
2.1 COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS.....	10
2.2 COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES NACIONAIS .....	13
2.3 POLÍTICAS OBRIGATÓRIAS DE PROTEÇÃO.....	16
<b>3 DOS INSTRUMENTOS ATUALMENTE EXISTENTES PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>19</b>
3.1 INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO.....	20
3.2 INTERCEPTAÇÃO INFORMÁTICA E TELEMÁTICA .....	22
3.3 LEI 12.850/2013: ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E DEMAIS HIPÓTESES ...	24
<b>4 DA INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES PREVISTA PELA LEI 13.441/2017</b>	<b>29</b>
4.1 INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES.....	30
4.2 REQUISITOS E PROCEDIMENTO.....	32
4.2.1 Rol de crimes que autorizam a infiltração virtual de agentes .....	33
4.2.2 Subsidiariedade.....	35
4.2.3 Representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público .	36
4.2.4 Autorização judicial .....	39
4.2.5 Prazo .....	40
4.2.6 Controle da operação e sigilo.....	42
4.3 O AGENTE INFILTRADO.....	43
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A parcela populacional infantojuvenil encontra-se atualmente resguardada por inúmeros instrumentos protetivos, tanto no plano nacional, quanto no plano internacional.

Contudo, até pouco tempo atrás, crianças e adolescente sequer eram considerados sujeitos de direitos, sendo tratados de forma depreciativa - vide a utilização do termo “menor” – e representando apenas objetos nas mãos dos adultos.

O panorama começou a apresentar mudanças efetivas com o advento da Convenção Sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito internacional, e com a promulgação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), responsáveis por internalizar no direito brasileiro as doutrinas do melhor interesse e da proteção integral.

Com o aumento da preocupação das autoridades no que se refere à proteção do público infantojuvenil, muitos problemas antes encobertos ou ignorados ganharam visibilidade, como, por exemplo, a violência sexual cometida em detrimento de tal grupo.

Dentro desta problemática, a recente propagação do acesso à rede mundial de computadores, apesar de ter trazido incontáveis benefícios ao mundo, com a difusão de conhecimento e o estreitamento das fronteiras físicas entre os países, também revelou seu lado obscuro: o constante compartilhamento virtual de registros pornográficos envolvendo crianças e adolescentes.

Nesse viés, os órgãos oficiais consignam cada dia mais denúncias referentes à pornografia infantojuvenil na *internet*, matéria esta que, mesmo criminalizada por intermédio do Código Penal e do ECA, continua assombrando as autoridades e a sociedade em geral.

A natureza dos delitos ligados à pornografia infantojuvenil virtual, bem como as complexas técnicas utilizadas pelos criminosos, tornam necessário o uso de instrumentos cada vez mais sofisticados pelas instituições de persecução criminal. Isso porque os tradicionais métodos investigativos já não são capazes de combater com eficácia as transgressões cibernéticas, as quais envolvem, muitas vezes, ilícitos transnacionais e organizações estrutural e hierarquicamente refinadas.

Assim, o uso de instrumentos como acordos de cooperação jurídica internacional e de cooperação técnica, científica e operacional entre órgãos torna-se

indispensável na investigação de crimes virtuais contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, bem como a eventual interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática, desde que respeitados os requisitos legais para a utilização de tal medida.

Também emerge como alternativa a aplicação da recente Lei 12.850/2013, responsável por disciplinar os procedimentos relativos às organizações criminosas, uma vez que, muitas vezes, os crimes sexuais cometidos contra o público infantojuvenil encaixam-se nas hipóteses de cabimento da referida legislação. Por este ângulo, poderia ser utilizada, como meio de obtenção de provas, a infiltração de agentes, cujos requisitos e procedimentos encontram-se regulados no art. 10 e seguintes da Lei de Organizações Criminosas.

Mesmo com a previsão acerca da infiltração de agentes da Lei 12.850/2013, foi sancionada, em 08/05/2017, a Lei 13.441/2017, responsável por incluir no ECA dispositivos atinentes à infiltração de agentes de polícia na *internet* com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O Poder Legislativo, durante a discussão do projeto que originou a Lei 13.441/2017, muito falou sobre a importância de combater os crimes sexuais praticados em detrimento de um grupo tão frágil quanto aquele formado por crianças e adolescentes. Porém, embora tenha focado na gravidade delitiva e na dificuldade em se colacionar provas às investigações, não levou em consideração os dispositivos já existentes sobre a infiltração de agentes.

Desse modo, faz-se necessário esmiuçar os requisitos e procedimentos da infiltração de agentes policiais na *internet* prevista pela Lei 13.441/2017, a fim de entender se realmente representam um progresso na investigação de delitos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.



## 2 DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O caráter protetivo conferido pelo direito pátrio a crianças e adolescentes é algo relativamente novo, tendo em vista que, até pouco tempo, eles sequer eram considerados sujeitos de direitos pela legislação brasileira.

A mudança no tratamento afeto à seara infantojuvenil iniciou-se efetivamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que atribuiu importância constitucional ao assunto, por meio do capítulo denominado “Da família, da criança, do adolescente e do idoso”.

Outrossim, para a tratativa da matéria, o Brasil seguiu as perspectivas adotadas no âmbito internacional, sendo especialmente influenciado pela Convenção Sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), que orientou a redação da Lei 8.069/1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – e rompeu com paradigmas anteriormente preconizados pela legislação infraconstitucional brasileira.

Porém, até que se chegasse a tal estágio eminentemente protetivo, a abordagem ao tema percorreu outras três fases: (i) absoluta indiferença, na qual não havia normas sobre tal assunto; (ii) mera imputação criminal, quando as leis tinham como única preocupação a prática de infrações pelo público infantojuvenil; e (iii) tutelar, na qual o poder para lidar com os interesses infantojuvenis estava nas mãos dos adultos.<sup>1</sup>

Com tais mudanças no campo legislativo, o direito passou a enxergar a parcela populacional infantojuvenil com outros olhos, buscando sempre adequar e especializar o tratamento ao grupo de modo a cumprir com os ditames constitucionais. Problemas que antes não tinham espaço, como, por exemplo, trabalho infantil, evasão escolar e violência, adentraram nas preocupações do Estado, possuidor do dever de proporcionar prioridade absoluta a crianças e adolescentes.

Soma-se a isso a notável e vultuosa evolução tecnológica ocorrida no mundo a partir de 1990 e a difusão da rede mundial de computadores, responsáveis por tornar célere a troca de informações entre indivíduos das mais variadas nações, independentemente da distância.

---

<sup>1</sup> PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: RT, 2002. p. 26.

Estas transformações influenciaram de forma direta o relacionamento entre crianças, adolescentes e adultos, na medida em que possibilitaram a criação de novas formas de interação e câmbio de informações, o que, por conseguinte, acabou por dificultar o controle sobre o que as crianças e adolescentes veem e com quem se relacionam virtualmente, abrindo, assim, brechas para a ocorrência de ofensas a vários direitos infantojuvenis.<sup>2</sup>

Neste ponto, cumpre enfatizar uma problemática preocupante nos dias atuais, tanto para o direito, quanto para a sociedade em geral: a violação à dignidade sexual de crianças e adolescentes que acontece no ambiente virtual. Apesar da realização de campanhas visando a conscientização familiar e infantojuvenil acerca do uso seguro da *internet*, a prática de crimes virtuais envolvendo crianças e adolescentes aumenta a cada dia, sendo necessário analisar a importância de se resguardar a dignidade sexual de tal grupo.

## 2.1 COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS

Embora o cuidado com a proteção aos direitos de crianças e adolescentes tenha realmente se efetivado no Brasil em 1988, a preocupação com o assunto ocorre pelo menos desde o ano de 1919 no plano internacional.

Isso porque, após a primeira guerra mundial, começou a ser dada certa atenção aos direitos humanos, especialmente aos direitos de trabalhadores infantis, com a Convenção sobre Trabalho Noturno dos Adolescentes, de 1919, e a Convenção Sobre Idade Mínima, de 1921.<sup>3</sup>

Mais tarde, com o auxílio da *Save the Children*, organização não governamental inglesa criada em 1920 para auxiliar crianças vítimas da primeira guerra, a Liga das Nações adotou, em 1924, a Declaração de Genebra dos Direitos das Crianças, fundada em cinco princípios básicos: (i) acesso da criança a meios para seu desenvolvimento material e espiritual; (ii) ajuda em situações de fome, doença, incapacitação, orfandade ou delinquência; (iii) prioridade de atendimento em situação

---

<sup>2</sup> FERNANDES, Simone dos Santos Lemos; CALDI, Valéria. Do reflexo do desenvolvimento das novas tecnologias de informação na prática de crimes contra crianças e adolescentes. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 103-104.

<sup>3</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Nova Iorque, 2009. p. 04. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc\\_20anosCDC.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

de risco; (iv) proteção contra exploração; e (v) formação orientada para a vida em sociedade.<sup>4</sup>

Após o término da segunda guerra mundial e com criação da ONU, em 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual se limitou a mencionar, em seu art. 25, sobre a necessidade de se conferir cuidados e assistência especiais à infância.<sup>5</sup>

A primeira declaração própria a tratar dos direitos das crianças veio apenas em 1959, quando a ONU adotou a Declaração dos Direitos da Criança, que se preocupou em dar assistência e proteção aos infantes, mas lhes negou qualquer poder ou arbítrio em relação às suas preferências.<sup>6</sup>

Paulatinamente, a partir da adoção dos Pactos Internacionais Sobre Direitos Civis e Políticos e Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, de 1966, bem como da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, de 1973, as crianças começaram a receber proteção contra a exploração, bem como a favor da educação, da segurança e da moral.<sup>7</sup>

Contudo, o mais importante e influente instrumento para o amparo da infância veio a ser adotado em 1989 pela ONU: a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por 196 países.<sup>8</sup>

No âmbito internacional, diferentemente da Declaração de Genebra e da Declaração dos Direitos da Criança, que constituíam meros ideais das nações no que se refere aos direitos dos infantes, a Convenção Sobre os Direitos da Criança, como instrumento legal, impunha aos países que a ratificaram o dever de honrar com os compromissos nela contidos.<sup>9</sup>

---

<sup>4</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Nova Iorque, 2009. p. 04. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc\\_20anosCDC.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

<sup>5</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso: 20 ago. 2017.

<sup>6</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Nova Iorque, 2009. p. 05. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc\\_20anosCDC.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

<sup>7</sup> CORBELLINI, Gisele. **Convenção dos Direitos da Criança – Direito de Todos**. 2012. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/conven%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-da-crian%C3%A7a-direito-de-todos>>. Acesso: 15 ago. 2017.

<sup>8</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)>. Acesso: 15 ago. 2017.

<sup>9</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Nova Iorque, 2009. p. 06. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc\\_20anosCDC.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

Promulgada pelo Brasil em 1990, por meio do Decreto 99.710, a Convenção Sobre os Direitos da Criança dispõe ser criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, prevendo detalhadamente aspectos relacionados à proteção infantojuvenil. Nesse viés, a Convenção apresenta os seguintes princípios norteadores: (i) interesse superior da criança; (ii) não discriminação; (iii) sobrevivência e desenvolvimento; e (iv) participação das crianças na agenda política.<sup>10</sup> Ademais, de modo inédito, o art. 12 assegurou às crianças o direito de expressarem livremente suas opiniões, oportunizando, inclusive, suas oitivas em processos administrativos e judiciais.<sup>11</sup>

Ainda no que se refere à Convenção Sobre os Direitos da Criança, foram editados, no ano de 2000, dois protocolos facultativos: Protocolo Facultativo Sobre Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e Protocolo Facultativo Sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. Em relação ao primeiro, foi promulgado pelo Brasil através do Decreto 5.007/2004, apontando a proibição da venda de crianças, da prostituição infantil e da pornografia infantil, bem como detalhando procedimentos a serem adotados no caso concreto.<sup>12</sup>

No âmbito do continente americano, importante ressaltar que, em 1969, foi celebrada a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), que dispôs, em seu art. 19, que “toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado”. Tal convenção entrou em vigor internacional em 1978 e, para o Brasil, apenas em 1992, após a promulgação da Convenção Sobre os Direitos da Criança da ONU.<sup>13</sup>

Também foram elaborados pela ONU outros instrumentos a fim de tutelar o público infantojuvenil, como, por exemplo, as Regras de Beijing, de 1985, as Diretrizes

---

<sup>10</sup> VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: 20 anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 36-37.

<sup>11</sup> BRASIL. Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso: 18 ago. 2017.

<sup>12</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Nova Iorque, 2009. p. 07. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc\\_20anosCDC.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

<sup>13</sup> BRASIL. Decreto 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 6 nov. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm)>. Acesso: 18 ago. 2017.

de Riad e as Regras de Tóquio, ambas de 1990, que deram enfoque especial às crianças e adolescentes privados de liberdade.<sup>14</sup>

Oportuno mencionar, ainda, a Declaração de Estocolmo, resultado do Congresso Mundial Sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizado em 1998, que visou, balizando-se nos mecanismos já existentes, amparar o grupo infantojuvenil das mais variadas formas de exploração sexual.

Assim, os instrumentos firmados internacionalmente para a proteção de crianças e adolescentes influenciaram as legislações de inúmeros países, evidenciando problemas antes negados institucionalmente. No Brasil não foi diferente, tendo em vista que o texto prévio da Convenção Sobre os Direitos da Criança orientou a redação da Constituição Federal de 1988 e do ECA, as duas mais importantes referências legislativas do país no que se refere a tal tema.

## 2.2 COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES NACIONAIS

Em 1927, foi criada a primeira legislação específica no Brasil envolvendo crianças e adolescentes: o Código de Mello Mattos, instituído pelo Decreto 17.943-A, assim denominado em consideração a José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, idealizador da lei e primeiro juiz de menores do Brasil.<sup>15</sup>

Sob a justificativa de consolidar as leis de assistência e proteção a menores, o Código de Mello Mattos tinha como principal intuito a manutenção da ordem social, cuidando apenas, como o próprio art. 1º<sup>16</sup> preceitua, dos menores abandonados ou delinquentes, e não daqueles possuidores família.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 55.

<sup>15</sup> SOUZA, Tatiane Ferreira de. **Pensamento social do primeiro juiz de menores do Rio de Janeiro José Cândido de Albuquerque Mello Mattos e a criação das instituições assistenciais do Distrito Federal (1924-1934)**. 2011. 48 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011. Disponível em <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/TFS.2.2010.pdf>>. Acesso: 20 ago. 2017.

<sup>16</sup> “Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”.

<sup>17</sup> AZEVEDO, Maurício Maia de. **O código de Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. 2007. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136)>. Acesso: 18 ago. 2017.

De tal modo, a legislação impulsionou a criação do estigma social do “menor”, apresentado à sociedade como um indivíduo perigoso e com intenso potencial delitivo, que precisava ser controlado pelo Estado.<sup>18</sup>

No capítulo XI, o Código previa crimes e contravenções praticados em detrimento de menores, mas era bastante limitado em relação à proteção da dignidade sexual de tal parcela populacional, criminalizando apenas as seguintes condutas:

Art. 143. Permittir que menor de 18 annos, sujeito a seu poder ou confiado a sua guarda ou a seu cuidado:  
 (...)
 

- b) frequente casas do espectaculos pornographicos, onde se representam ou apresentam scenas que podem ferir o pudor ou a moralidade do menor, ou provocar os seus instinctos mãos ou doentios;
- c) frequente ou resida, sob pretexto serio, em casa de prostituta ou de tolerancia.

 (...)
 Paragrapho unico. Si o menor vier a soffrer algum attentado sexual, ou se prostituir, a pena póde ser elevada ao dobro ou ao triplo, conforme o responsavel pelo menor tiver contribuido para a frequencia illicita deliberadamente ou por negligencia grave e continuada.

Art. 144. Fornecer de qualquer modo escriptos, imagens, desenhos ou objectos obsceno a menor de 48 annos.<sup>19</sup>

Mais de 50 anos após a instituição do Código de Mello Mattos, foi sancionada a Lei 6.697/1979, conhecida apenas como Código de Menores, que também não ofereceu, de modo geral, tutela a todo o público infantojuvenil, mas apenas aos menores em situação irregular.<sup>20</sup>

Desse modo, sob o prisma da doutrina da situação irregular, os menores eram tratados como objetos de direitos – e não como sujeitos de direitos – havendo obstáculos para a implementação e execução de projetos que objetivassem garantir o pleno desenvolvimento infantojuvenil.

No que se refere aos crimes praticados contra menores, especificamente em relação aos delitos contra a dignidade sexual, tal legislação, assim como o Código de Mello Mattos, era insatisfatória, tipificando de forma genérica algumas condutas,

<sup>18</sup> NERI, Cristiano; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **A doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral**: infância e adolescência sob controle e proteção do Estado. 2010. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/221.pdf>>. Acesso: 07 set. 2017.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 12 out. 1927, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso: 20 ago. 2017.

<sup>20</sup> O parágrafo único do art. 1º do Código de Menores previa que as medidas de caráter preventivo aplicar-se-iam a todo menor de 18 anos, independentemente de sua situação.

como, por exemplo, “exibir fotografia de menor em situação irregular ou vítima de crime, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam imputados, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente”.<sup>21</sup>

O tratamento das questões infantojuvenis no Brasil apenas sofreu importantes modificações com o advento da Constituição Federal de 1988, que, já em seu texto originário, dispôs sobre a necessidade de conferir prioridade absoluta a tal grupo, independentemente de se tratar de situação irregular:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>22</sup>

Assim, diz-se que a Constituição revogou implicitamente o Código de Menores de 1979 até então vigente, elevando as crianças e os adolescentes à condição de sujeitos de direitos e deixando para trás a doutrina da situação irregular.<sup>23</sup>

As inovações continuaram e, a fim de adequar a legislação infraconstitucional à Carta de 1988, foi sancionada, em 13/07/1990, a Lei 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tendo como base estes novos diplomas legais, o termo “menor” foi sendo gradativamente abandonado, tendo em vista seu caráter estigmatizante e pejorativo, que tratava crianças e adolescentes como instrumentos a serem manuseados pelos adultos.<sup>24</sup>

Logo no art. 1º, o ECA estabeleceu a proteção integral às crianças e aos adolescentes como seu foco. Nas palavras de Maria Cecília de Souza Minayo, a teoria da proteção integral abrange a ideia de cidadania plena, devendo haver prioridade no atendimento das necessidades de crianças e adolescentes. Tal teoria reflete-se em um sistema legal no qual “as leis reconhecem garantias a esse segmento social,

<sup>21</sup> BRASIL. Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 out. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso: 22 ago. 2017.

<sup>22</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso: 22 ago. 2017.

<sup>23</sup> CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: Comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros Editores, 2013. p. 17.

<sup>24</sup> NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 07.

tutelando seus interesses peculiares, bem como criando instrumentos para a efetivação de seus direitos individuais frente à família, à sociedade e ao Estado”.<sup>25</sup>

Intimamente ligado à proteção integral, localiza-se o princípio do melhor interesse, segundo o qual as decisões do legislador e dos aplicadores do direito deverão seguir a primazia das necessidades infantojuvenis, resguardando amplamente os direitos fundamentais, sem juízos de valor.<sup>26</sup>

Também a fim de cumprir o disposto em tais princípios, a atual redação do ECA, em seu art. 228 e seguintes, passou a tipificar criminalmente inúmeras condutas praticadas contra crianças e adolescentes, sem prejuízo do disposto no Código Penal e na legislação extravagante, dando bastante ênfase à proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes.

## 2.3 POLÍTICAS OBRIGATÓRIAS DE PROTEÇÃO

Após entender a evolução dos dispositivos de proteção a crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, é preciso aliar os instrumentos contidos nos diplomas legais à necessidade de combate ao crescente aumento da prática de crimes contra a dignidade sexual do público infantojuvenil, especialmente no ambiente virtual.

Ao conceituar a expressão “dignidade sexual”, Guilherme de Souza Nucci expõe estar relacionada à vida sexual íntima e privada do sujeito, na qual não deve haver interferência do Estado, a não ser para reprimir violências e agressões.<sup>27</sup> Renato Marcão e Plínio Gentil, por sua vez, explicam que a dignidade sexual tem fundamento tanto na autonomia individual do sujeito, quanto no respeito que lhe é devido pelos demais.<sup>28</sup>

Cumprido ressaltar que a própria Constituição, em seu art. 227, §4º, estabelece a importância de se proteger a dignidade sexual infantojuvenil, dispondo que “a lei

<sup>25</sup> MINAYO, Maria Cecília de Souza. Contextualização do Debate sobre Violência contra Crianças e Adolescentes. In: LIMA, Cláudia Araújo de. (Coord.). **Violência Faz Mal à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <[http://200.18.252.57/services/e-books-MS/06\\_0315\\_M.pdf#page=17](http://200.18.252.57/services/e-books-MS/06_0315_M.pdf#page=17)>. Acesso: 26 ago. 2017.

<sup>26</sup> AMIM, Andréa Rodrigues. Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente. In: MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 59.

<sup>27</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 31.

<sup>28</sup> MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 34.



punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Nesse sentido, verifica-se que, no decorrer dos anos, o legislador infraconstitucional buscou valorar negativamente inúmeras condutas praticadas contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, seja criminalizando-as, seja estabelecendo aumento de penas: é o que se vê, por exemplo, no art. 213 e seguintes do Código Penal e no art. 240 e seguintes do ECA.

Mesmo assim, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nos anos de 2015 e 2016, o Disque 100 – serviço governamental destinado a receber demandas relativas à violação de direitos humanos – recebeu mais de 37 mil denúncias de violência sexual em desfavor de vítimas de 0 a 18 anos.<sup>29</sup>

Quando se trata de violência cometida virtualmente, como, por exemplo, a transmissão de registros contendo cenas pornográficas de crianças e adolescentes, verifica-se que o número de denúncias é ainda maior.

Conforme o mapa denominado “Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos” da *SaferNet* Brasil – associação civil de direito privado constituída para obter informações que auxiliem no combate às violações de direitos humanos praticadas por meio da *internet* – nos anos de 2015 e 2016 foram recebidas aproximadamente 355 mil denúncias anônimas relativas ao tema pornografia infantil pela própria *SaferNet* Brasil, pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, pela Polícia Federal e pela Secretaria de Direitos Humanos, em conjunto.<sup>30</sup>

Para ajudar no combate às mencionadas violações, após o recebimento das denúncias, uma equipe da *SaferNet* Brasil analisa seus conteúdos e, nos casos de “crimes contra os direitos humanos” de ação penal de iniciativa pública incondicionada, faz o rastreamento das informações relevantes disponíveis publicamente na *internet* (sem qualquer ação de invasão), de modo a comprovar a materialidade delitiva e buscar indícios de autoria. Em seguida, é encaminhada *notitia*

---

<sup>29</sup> PORTAL BRASIL. **Dia Nacional Contra Abuso Sexual de Crianças e Jovens é celebrado nesta quinta (18)**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contra-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18>>. Acesso: 29 set. 2017.

<sup>30</sup> SAFERNETBRASIL. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. 2017. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br>>. Acesso: 29 set. 2017.

*criminis* à autoridade competente, com o intuito de verificar a viabilidade da instauração de investigação.

Assim, infere-se que a *SaferNet* Brasil atua com o objetivo de auxiliar o Estado no combate aos crimes contra o público infantojuvenil, tendo, inclusive, termos de cooperação com o Departamento de Polícia Federal, com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o Ministério Público Federal e com outras entidades, conforme se verá adiante.

Devido à atuação conjunta da *SaferNet* Brasil e seus parceiros, caso o prestador do serviço responsável pelo sítio eletrônico esteja estabelecido no Brasil, será notificado para remover o material ilícito do meio virtual, evitando que o conteúdo envolvendo pornografia infantojuvenil permaneça disponível para acesso de outras pessoas.

Contudo, embora a atividade da *SaferNet* seja importante, ela é relativamente restrita, tendo em vista que a associação apenas processa as denúncias anônimas, colhe informações expostas publicamente e encaminha-as aos órgãos com atribuição criminal, os quais terão que empreender esforços a fim de apurar a autoria delitiva.

Desse modo, dadas as características dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes cometidos no meio virtual, os órgãos de persecução criminal precisam estar preparados para investigações complexas e de difícil elucidação, sendo necessário explanar os instrumentos já existentes para tais apurações.

### 3 DOS INSTRUMENTOS ATUALMENTE EXISTENTES PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diante da necessidade de se dar especial proteção à dignidade sexual de crianças e adolescentes, principalmente a partir do disposto na Constituição de 1988, no ECA e nas convenções ratificadas pelo Brasil, o legislador passou a regular com mais cuidado os crimes cometidos contra o público infantojuvenil.

É o que se percebe a partir da leitura do capítulo do Código Penal que dispõe sobre os delitos contra a dignidade sexual, com redação de 2009, bem como da análise dos crimes contra crianças e adolescentes previstos no ECA, especialmente aqueles tipificados nos arts. 240 a 241-E, redigidos em 2008 em razão da chamada “CPI da Pedofilia”.

Notadamente no que se refere às práticas delitivas cometidas virtualmente, verifica-se, conforme já mencionado, um aumento significativo na disponibilização, oferta, troca, transmissão, distribuição, publicação e divulgação de imagens de cunho pornográfico infantojuvenil. Tal acréscimo deve-se, em grande parte, ao aumento da quantidade de dispositivos informáticos aptos a se conectar à *internet* e da quantidade de novos meios de armazenamento de informações, o que dificulta, por si só, o trabalho de investigação das autoridades.<sup>31</sup>

Além disso, existe a questão da *Deep Web*, cujo conteúdo não está disponível ou indexado nos mecanismos de pesquisa comumente utilizados, como, por exemplo, *Google*, *Yahoo* e *Bing*. Dentro da *Deep Web*, existe a *Dark Web*, rede ainda mais privativa e anônima, normalmente utilizada para fins ilícitos como a exploração de pornografia infantojuvenil.<sup>32</sup>

Dessa forma, os órgãos de persecução criminal, muitas vezes em parceria com outras instituições e até outros países, são obrigados a utilizar meios mais sofisticados de investigação, os quais, quando não usados com prudência e razoabilidade, podem violar direitos e garantias individuais dos investigados.

---

<sup>31</sup> DOMINGOS, Fernanda Teixeira Souza. A obtenção das provas digitais na investigação dos delitos de violência e exploração sexual infantil online. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 239.

<sup>32</sup> SHIMABUKURO, Adriana; SILVA, Melissa Garcia Blagitz de Abreu. Internet, Deep Web e Dark Web. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 255-256.

Cada vez mais, a título elucidativo, estão sendo utilizados acordos de cooperação com a finalidade de articular medidas no combate à criminalidade virtual, tendo em conta o alto caráter técnico e específico de tais ilícitos. Medidas como a apreensão de dispositivos eletrônicos com suspeita de utilização ilícita e quebra de sigilo das comunicações telemáticas também podem ser bastante úteis na aclaração de crimes ligados à pornografia infantojuvenil, desde que atendidos critérios de razoabilidade e proporcionalidade na investigação. Há, ainda, que se analisar as hipóteses de cabimento da Lei de Organizações Criminosas na apuração de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Destarte, considerando a complexidade dos artifícios presentes nos crimes cibernéticos contra o público infantojuvenil, bem como a rapidez com que as provas podem ser descartadas, tendo em vista a facilidade de apagar e modificar o conteúdo pornográfico dos registros, necessária se faz a análise das possibilidades de investigação.<sup>33</sup>

### 3.1 INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

No plano internacional, é possível que os países utilizem-se da cooperação a fim de buscar auxílio para a aplicação da justiça no caso concreto.<sup>34</sup>

Isso porque o aumento dos crimes que se desenvolvem fora do alcance fronteiriço físico dos Estados torna necessário o diálogo entre nações a fim de ajustar os procedimentos a serem adotados no âmbito penal, sendo certo que a falta de coesão policial e jurisdicional prejudica o combate à criminalidade.<sup>35</sup>

O enfrentamento aos delitos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes cometidos no ambiente cibernético adquire extrema relevância, tendo em vista que, na maior parte das vezes, têm caráter transnacional.

---

<sup>33</sup> MALAQUIAS, Roberto Antônio Darós. **Crime Cibernético e Prova: A Investigação Criminal em Busca da Verdade**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 105.

<sup>34</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal**. Brasília: 2012. p. 07. Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/pedido-de-cooperacao-1/manuais-de-atuacao-1/cartilha-de-cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal-drci-mj](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/pedido-de-cooperacao-1/manuais-de-atuacao-1/cartilha-de-cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal-drci-mj/cartilha-de-cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal-drci-mj)>. Acesso: 25 out. 2017.

<sup>35</sup> DISSENHA, Rui Carlo. **Cooperação Jurisdicional Penal Internacional: o difícil conflito entre os planos jurídico e político na justiça penal**. 2015. Disponível em: <[http://www.academia.edu/33986858/Coopera%C3%A7%C3%A3o\\_Jurisdicional\\_Penal\\_Internacional\\_o\\_dif%C3%ADcil\\_conflito\\_entre\\_os\\_planos\\_jur%C3%ADdico\\_e\\_pol%C3%ADtico\\_na\\_justi%C3%A7a\\_penal](http://www.academia.edu/33986858/Coopera%C3%A7%C3%A3o_Jurisdicional_Penal_Internacional_o_dif%C3%ADcil_conflito_entre_os_planos_jur%C3%ADdico_e_pol%C3%ADtico_na_justi%C3%A7a_penal)>. Acesso: 25 out. 2017.

Nesse viés, o Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil da ONU, do ano de 2000 (em vigor no Brasil a partir de 2004), mostrou preocupação com as violações à dignidade sexual de crianças e adolescentes cometidas a partir das novas tecnologias modernas, conceituando pornografia infantil como “qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança envolvida em atividades sexuais explícitas reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins primordialmente sexuais”.<sup>36</sup>

Ademais, estabeleceu compromisso entre os Estados signatários em adotar medidas de cooperação internacional – entre autoridades, organizações não governamentais nacionais e internacionais e organizações internacionais – para prevenir, detectar, investigar, julgar e punir os responsáveis por condutas envolvendo pornografia infantil.<sup>37</sup>

Cumprido expor, ainda, que apesar do Brasil não ser signatário, a Convenção Sobre o Cibercrime (Convenção de Budapeste) também se mostra importante, vez que prevê a intensificação da cooperação entre países para combater a criminalidade no espaço cibernético.<sup>38</sup>

Muitas vezes, junto dos acordos de cooperação jurídica internacional, tem-se também acordos de cooperação técnica, científica e operacional entre órgãos governamentais e não governamentais. É o caso, por exemplo, de acordos firmados entre a já mencionada associação *SaferNet* Brasil e órgãos como o Ministério Público Federal, o Departamento de Polícia Federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, além de instituições e empresas como o *Childhood* Brasil, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, o *Google* Brasil, entre outros.

Cita-se, a título exemplificativo, o Termo de Ajustamento de Conduta assinado em 2008 entre o Ministério Público Federal em São Paulo/SP e a empresa *Google*,

---

<sup>36</sup> BRASIL. Decreto 5.007, de 8 de março de 2004. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 mar. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm)>. Acesso: 13 out. 2017.

<sup>37</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Manual Sobre o Protocolo Facultativo Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil**. 2010. p. 22. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/optional\\_protocol\\_por.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/optional_protocol_por.pdf)>. Acesso: 13 out. 2017.

<sup>38</sup> PEREIRA, Dalliana Vilar; SOUZA, Gills Lopes Macedo. **A Convenção de Budapeste e as Leis Brasileiras**. 2015. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a\\_convencao\\_de\\_budapeste\\_e\\_as\\_leis\\_brasileiras.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_convencao_de_budapeste_e_as_leis_brasileiras.pdf)>. Acesso: 13 out. 2017.

maior ferramenta de buscas do mundo. Por meio do acordo, a empresa “comprometeu-se a desenvolver mecanismos de filtragem de dados a fim de prevenir imagens pornográficas e facilitar a coleta de provas, sob ordem judicial, de suspeitos de crimes contra a criança e o adolescente”.<sup>39</sup>

A importância da parceria e do diálogo entre diversas entidades também pode ser percebida por meio da experiência com a Operação *DirtyNet*, responsável por dismantlar uma grande rede internacional de compartilhamento de pornografia infantil. Contudo, o então presidente da *SaferNet* Brasil, Thiago Tavares de Oliveira, pontuou que, apesar da operação ter sido um avanço, com colaboração entre Ministério Público Federal, Polícia Federal e Interpol, ainda existiam inúmeros entraves na investigação de crimes contra o público infantojuvenil praticados no ambiente virtual: (i) a falta de estrutura das polícias nos países em desenvolvimento; (ii) a insuficiência na cooperação jurídica internacional; (iii) os métodos utilizados pelos criminosos para manter o anonimato e ocultar dados de conexão; (iv) a falta de colaboração dos provedores; e (v) a ausência de canais específicos para denúncia.<sup>40</sup>

Infere-se, portanto, que embora ainda existam inúmeros embaraços à eficiência dos acordos de cooperação internacional e técnica, tais termos de cooperação são muitas vezes proveitosos, pois ajudam a suprir as lacunas legais afetas ao tema.<sup>41</sup>

### 3.2 INTERCEPTAÇÃO INFORMÁTICA E TELEMÁTICA

No âmbito da investigação de crimes perpetrados virtualmente contra crianças e adolescentes, conforme já mencionado, mostra-se extremamente difícil a elucidação completa da autoria e materialidade sem a utilização de técnicas aprimoradas, para além da quebra do sigilo dos dados de conexão do usuário.

<sup>39</sup> ASCARI, Janice Agostinho Barreto. Cybercrimes e a atuação do Ministério Público Federal. In: OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de (Coord.). **Direito e Processo Penal na Justiça Federal**. São Paulo: Atlas. 2011. p. 155.

<sup>40</sup> CHILDHOOD BRASIL. **Novas tecnologias ajudam a prender redes internacionais de pornografia infantil**. 2012. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/novas-tecnologias-ajudam-a-prender-redes-internacionais-de-pornografia-infantil>>. Acesso: 12 out. 2017.

<sup>41</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Atuação do Ministério Público Federal: Combate aos Crimes Cibernéticos**. Disponível em: <[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Atua%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_MP\\_no\\_combate\\_aos\\_crimes\\_cibern%C3%A9ticosINFANCIA\\_E\\_JUVENTUDE.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Atua%C3%A7%C3%A3o_do_MP_no_combate_aos_crimes_cibern%C3%A9ticosINFANCIA_E_JUVENTUDE.pdf)>. Acesso: 13 out. 2017.

Assim, como exceção e sempre mediante autorização judicial, poderá ocorrer a interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática, sem que se viole o disposto no art. 5º, XII, da Constituição Federal<sup>42</sup>, muito embora haja inúmeras discussões na doutrina quanto à constitucionalidade de tal interceptação.

A temática encontra-se regada na Lei 9.296/1996, que prevê a possibilidade de interceptação das comunicações informáticas e telemáticas. Nas palavras do Delegado de Polícia Waldek Fachinelli Cavalcante, a interceptação de dados telemáticos e informáticos comporta maior dificuldade aos órgãos de persecução penal quando comparada à interceptação de comunicações telefônicas, uma vez que “a interceptação telemática tem se mostrado muito mais complexa, seja pela falta de padronização dos provedores na forma de disponibilizar o tráfego de informações do investigado, seja pelo conteúdo final do fluxo”.<sup>43</sup>

Diante de tal quadro, verifica-se que as comunicações realizadas por meio da *internet* são passíveis de interceptação, desde que atendidos os requisitos legais da Lei 9.296/1996<sup>44</sup>, devendo acontecer apenas de forma subsidiária, mediante prazo delimitado e quando já presentes indícios da autoria delitiva, evitando, assim, a utilização da interceptação como medida preparatória.<sup>45</sup>

O Ministério Público Federal indica que, na investigação de crimes cibernéticos, a interceptação telemática pode ser utilizada, entre outras maneiras, mediante: (i) a criação de conta-espelho, a fim de obter acesso aos e-mails enviados e recebidos pelo investigado; (ii) gravação, em meio eletrônico, dos e-mails enviados e recebidos; (iii) possibilidade de acesso ao conteúdo da caixa postal; e (iv) possibilidade de interceptação de todo o fluxo de dados.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

<sup>43</sup> CAVALCANTE, Waldek Fachinelli. **Crimes Cibernéticos**: noções básicas de investigação e ameaças na internet. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj054548.pdf>>. Acesso: 29 out. 2017.

<sup>44</sup> CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus aspectos processuais**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001. p. 111.

<sup>45</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto; BUSATO, Paulo César. **Comentários à Lei de Organização Criminosa**: Lei n. 12.850/2013. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 103-104.

<sup>46</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Atuação do Ministério Público Federal**: Combate aos Crimes Cibernéticos. Disponível em:

Assim, no âmbito da apuração de crimes envolvendo pornografia infantojuvenil, a interceptação dos dados informáticos e telemáticos pode ser de grande valor probatório, notadamente diante da natureza dos delitos e da dificuldade em se obter provas por outros meios.

Nesse viés, em conjunto com medidas de interceptação, a Lei 12.850/2013 pode auxiliar no combate à criminalidade contra a parcela populacional infantojuvenil, já que traz em seu bojo inúmeras técnicas investigatórias consideradas sofisticadas, conforme se verá a seguir.

### 3.3 LEI 12.850/2013: ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E DEMAIS HIPÓTESES

Diante da complexidade e do refinamento das técnicas utilizadas pelos agentes criminosos, especialmente a partir de estruturas organizadas e hierarquizadas, aptas a violar bens de titularidade individual e coletiva, surgiu a necessidade de preencher as lacunas das legislações já existentes.

Em razão disso, promulgou-se a Lei 12.850/2013, responsável por definir o conceito de “organização criminosa” e dispor sobre a investigação, os meios de obtenção de prova e os procedimentos atinentes ao tema, além de prever outras infrações penais correlatas:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

§2º Esta Lei se aplica também:

I - às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente. (...)

Portanto, os procedimentos disciplinados na Lei 12.850/2013 podem ser utilizados na apuração de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes – com pena máxima superior a 4 anos ou de caráter transnacional – cometidos por organizações criminosas.



No caso de tais delitos, notadamente naqueles que envolvem a exposição de pornografia infantojuvenil na *internet*, geralmente se verifica a presença das chamadas “redes de pedofilia”, as quais, segundo Jorge Trindade e Ricardo Breier, encaixam-se no conceito de organização criminosa por possuírem estruturas sofisticadas, com a movimentação de quantia considerável de dinheiro, pela existência de equipe técnica responsável pela busca por vítimas (“objetos” da atividade) e pela edição e distribuição do material pornográfico produzido.<sup>47</sup>

Além de dispor sobre temas afetos a organizações criminosas, a referida legislação também é aplicável “às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente”, bem como às organizações terroristas, conforme o mencionado art. 1º, §2º, da Lei 12.850/2013.

Este é o caso de alguns dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, principalmente aqueles perpetrados por meio de dispositivos informáticos. Segundo Ângelo Roberto Ilha da Silva, tais delitos caracterizam-se pela transnacionalidade quando o conteúdo envolvendo pornografia infantojuvenil puder ser acessado por qualquer usuário, independentemente do lugar do mundo em que se encontre.<sup>48</sup>

Desse modo, o agente que disponibiliza imagens pornográficas de crianças ou adolescentes em *blog* de acesso irrestrito na rede mundial de computadores, por exemplo, estará cometendo o delito tipificado no art. 241-A do ECA e, considerando a transnacionalidade do delito e o fato de ser o Brasil signatário de convenções internacionais que objetivam o combate a crimes de tal natureza, a investigação poderá utilizar os procedimentos previstos pela Lei 12.850/2013.

Percebe-se, então, que a investigação de muitos dos crimes praticados em detrimento da dignidade sexual de crianças e adolescentes poderá ser realizada utilizando-se dos procedimentos disciplinados pela Lei de Organizações Criminosas.

Em relação aos meios de prova, o art. 3º da referida lei permite, em qualquer fase da persecução penal, a utilização de técnicas especiais de investigação: (i) colaboração premiada; (ii) captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou

---

<sup>47</sup> TRINDADE, Jorge; BREIER, Ricardo. **Pedofilia: aspectos psicológicos e penais**. 3. Ed. Ver. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 130.

<sup>48</sup> SILVA, Angelo Roberto Ilha da. Pedofilia, pornografia infanto-juvenil e os tipos penais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. In: SILVA, Angelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 90.

acústicos; (iii) ação controlada; (iv) acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; (v) interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas; (vi) afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal; (vii) infiltração policial; e (viii) cooperação entre instituições e órgãos na busca de provas e informações.

Para apurar crimes sexuais cometidos virtualmente contra o público infantojuvenil, os órgãos de persecução penal utilizam-se geralmente, como já bem exposto, de acordos de cooperação e de interceptação às comunicações telemáticas e informáticas dos investigados, além da possibilidade de infiltração de agentes no âmbito do grupo criminoso.

Especificamente em relação a esta última técnica especial de investigação, percebe-se que a Lei 12.850/2013, em seu art. 10 e seguintes, foi a responsável por disciplinar de forma mais esmiuçada o tema, antes inserido no ordenamento jurídico brasileiro sem a devida regulamentação.

Nas palavras de Eduardo Araújo da Silva, a infiltração de agentes é uma técnica de investigação ou de obtenção de prova por meio da qual um agente estatal adentra no seio de uma organização criminosa, simulando ser seu integrante, com o objetivo de obter informações sobre o funcionamento da rede criminosa.<sup>49</sup>

No mesmo sentido, Guilherme de Souza Nucci assevera que, na infiltração de agentes, um membro do Estado ingressa legalmente no âmbito da organização criminosa a fim de, como integrante, acompanhar suas atividades e compreender sua estrutura interna.<sup>50</sup>

A Lei de Organizações Criminosas tratou de instituir expressamente a subsidiariedade da infiltração de agentes, que só poderá ser utilizada quando do esgotamento e ineficácia das técnicas investigativas tidas como tradicionais.<sup>51</sup>

Outrossim, deverão estar presentes indícios da prática de alguma das infrações penais mencionadas no art. 1º da referida lei para que, então, o delegado de polícia represente ou o membro do Ministério Público requeira a infiltração de

---

<sup>49</sup> SILVA, Eduardo Araújo da. **Organizações Criminosas**: Aspectos penais e processuais penais da Lei 12.850/13. São Paulo: Atlas, 2014. p. 91.

<sup>50</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa**: Comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 75.

<sup>51</sup> FERRO, Ana Luiza Almeida; PEREIRA, Flávio Cardoso; GAZZOLA, Gustavo dos Reis. **Criminalidade Organizada**: comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. Curitiba: Juruá, 2014. p. 184.

agentes, sempre demonstrando a necessidade da medida, o alcance das tarefas dos agentes e, quando possível, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e o local da infiltração.

Ao autorizar a aplicação da medida, o magistrado deverá apresentar decisão circunstanciada, motivada e sigilosa, estabelecendo os limites da infiltração, justamente a fim de atender à subsidiariedade e controlar a atuação dos agentes policiais, evitando excessos.<sup>52</sup> Para tanto, a lei estabelece duração de até 6 meses para o procedimento, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que devidamente justificadas.

Quase de forma unânime, a doutrina concorda que somente têm legitimidade para atuar como agentes infiltrados os membros da Polícia Judiciária (Polícia Federal e Polícia Civil).<sup>53</sup>

Embora a Lei 12.850/2013 tenha sido responsável por detalhar os procedimentos atinentes à infiltração de agentes, é evidente que a implementação de tal instituto na maior parte das investigações criminais é inviável, tendo em vista a ausência de estrutura das polícias brasileiras. Nesse sentido, Cezar Roberto Bitencourt e Paulo César Busato dissertam:

Na prática, porém, quase não se vê a utilização do referido instituto. Isto não deriva unicamente de dificuldades legislativas, mas principalmente de dificuldades operacionais, pois são extremamente difíceis a preparação e a logística implicadas na preparação e efetiva proteção e desenvolvimento do trabalho do referido agente, além da falta de tradição brasileira e, a rigor, da duvidosa contribuição e eficiência do referido instituto em nosso ordenamento jurídico.<sup>54</sup>

Tanto é que, no que se refere ao combate a crimes cibernéticos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, uma das primeiras vezes (senão a primeira) em que se ouviu falar de infiltração policial foi no decorrer da Operação *DarkNet*, deflagrada recentemente, no ano de 2014, a fim repelir rede de distribuição de pornografia infantil na *Deep Web*. Os órgãos de persecução penal, na ocasião,

---

<sup>52</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado**: aspectos gerais e mecanismos legais. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 185.

<sup>53</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado**: Comentários à nova Lei sobre o Crime Organizado. Lei 12.850/2013. Salvador: Juspodivm, 2013. p. 98.

<sup>54</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto; BUSATO, Paulo César. **Comentários à Lei de Organização Criminosa**: Lei n. 12.850/2013. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 160.

utilizaram-se de *malwares*<sup>55</sup> e da infiltração de agentes policiais na *Deep Web* com o intuito de descobrir a identidade dos agentes responsáveis pela disponibilização de conteúdo pornográfico.<sup>56</sup>

Um dos delegados de polícia responsáveis pela operação, Fernando Casarin, relatou que a ação policial só foi possível mediante a utilização de métodos próprios de rastreamento e identificação do endereço de IP dos usuários. Ainda, comentou sobre a impossibilidade de revelar maiores detalhes ao público em geral, tendo em vista que isso “inviabilizaria a utilização desta ferramenta em investigações futuras”.<sup>57</sup>

Diante disso, conclui-se que, a despeito das discussões quanto à constitucionalidade ou não da utilização da infiltração de agentes na investigação criminal, o instituto está previsto na Lei 12.850/2013, e não há ressalvas quanto ao seu uso na investigação de crimes praticados em detrimento da dignidade sexual de crianças e adolescentes, desde que respeitados os requisitos legais de cabimento.

Entretanto, mesmo diante da possibilidade de utilização da infiltração de agentes na apuração de delitos contra o público infantojuvenil, no ano de 2017 foi sancionada nova lei, especificando as hipóteses de infiltração virtual de agentes na persecução de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, conforme se especificará a seguir.

---

<sup>55</sup> Malwares (códigos maliciosos) são programas desenvolvidos para obter acesso a dados armazenados em computadores e para executar ações em nome dos usuários, conforme informações do sítio eletrônico do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/malware>>. Acesso: 30 out. 2017.

<sup>56</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Atuação do Ministério Público Federal: Combate aos Crimes Cibernéticos**. Disponível em: <[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Atua%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_MP\\_no\\_combate\\_aos\\_crimes\\_cibern%C3%A9ticosINFANCIA\\_E\\_JUVENTUDE.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Atua%C3%A7%C3%A3o_do_MP_no_combate_aos_crimes_cibern%C3%A9ticosINFANCIA_E_JUVENTUDE.pdf)>. Acesso: 30 out. 2017.

<sup>57</sup> VICE. **Como uma operação da Polícia Federal prendeu uma rede de pedofilia na deep web**. 2016. Disponível em: <[https://motherboard.vice.com/pt\\_br/article/gvdx37/como-uma-operacao-da-policia-federal-prendeu-uma-rede-de-pedofilia-na-deep-web](https://motherboard.vice.com/pt_br/article/gvdx37/como-uma-operacao-da-policia-federal-prendeu-uma-rede-de-pedofilia-na-deep-web)>. Acesso: 31 out. 2017.

#### 4 DA INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES PREVISTA PELA LEI 13.441/2017

A Lei 13.441/2017 incluiu a Seção V-A no Capítulo III (Dos Procedimentos) do ECA, composta por cinco artigos que versam sobre a infiltração de agentes de polícia na *internet* visando a investigação de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

A referida legislação originou-se do Projeto de Lei do Senado 100/2010, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que, ao ser submetido à análise da Câmara dos Deputados, foi autuado sob número 1404/2011.

A partir das razões exaradas pela relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a Deputada Cristiane Brasil, verifica-se que havia acentuada preocupação com o novo tipo de criminalidade desenvolvido por meio da rede mundial de computadores, especialmente quanto à dificuldade em se encontrar os autores das transgressões:

A internet facilitou a execução e a propagação de diversas práticas ilícitas, sendo muito difícil acompanhar a velocidade com que os crimes se multiplicam na rede. E é neste meio de comunicação que os pedófilos encontram um campo vasto e, na maioria das vezes, impune para atuar. Esse tipo de atuação ficou conhecida como internet grooming, processo pelo qual o pedófilo, protegido pelo anonimato, seleciona e aborda vítimas potenciais.

A técnica é utilizada por predadores sexuais na internet, que vai desde o contato inicial à exploração sexual de crianças e adolescentes. É um processo complexo, cuidadosamente individualizado, pacientemente desenvolvido ao longo do tempo, através de contatos assíduos e regulares, e que pode envolver a lisonja, a simpatia, a oferta de presentes, dinheiro, mas também a chantagem e a coação.

Daí exsurge a importância dessa inovação legislativa.

A infiltração é um poderoso instrumento de investigação criminal e poderá servir também como meio de intimidação. Ela servirá tanto à repressão quanto à prevenção, pois, tornada lei, a proposta criará um ambiente de dúvida e insegurança para os pedófilos, que poderão ser surpreendidos por todo um aparato garantido pelo Estado e presente no outro lado da conexão. A proposição estabelece um procedimento simples e eficiente, voltado à persecução de crimes específicos, relacionados à liberdade sexual de crianças e adolescentes, com atuação do Ministério Público, destinatário imediato das provas colhidas. Prevê-se, ainda, o registro de todos os atos da operação, a serem reunidos em autos apartados protegidos por sigilo.

Assim, constata-se que o Projeto em debate propiciará um grande avanço no combate a esses graves crimes que assolam a sociedade.<sup>58</sup>

<sup>58</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1.404, de 2011. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autor: Senado Federal. Relatora: Deputada Cristiane Brasil. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 14 abr. 2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011)>. Acesso: 09 set. 2017.

No parecer, há menção de que a infiltração virtual poderia ser utilizada tanto em um viés repressivo, quanto em um viés preventivo, criando “um ambiente de dúvida e insegurança aos pedófilos”. Contudo, conforme se verá adiante, as operações de infiltração, para serem autorizadas, necessitam, dentre outros requisitos, da existência de indícios da prática de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, parecendo bastante questionável a utilização do instituto com caráter preventivo.

Ainda, pontuou-se a infiltração virtual de agentes como instrumento de investigação baseado em um “procedimento simples”. Porém, na prática da persecução criminal brasileira, possivelmente tal técnica investigativa enfrentará dificuldades e embates doutrinários no que se refere aos requisitos e procedimentos previstos.

Inclusive, considerando que a infiltração virtual de agentes consiste em meio de obtenção de prova para a apuração de delitos contra crianças e adolescentes e que tal operação é destinada à Justiça Criminal (e não às Varas Especializadas da Infância e Juventude), alguns autores defendem que a Seção V-A – adicionada ao ECA com a Lei 13.441/2017 – melhor se encaixaria no capítulo específico do Estatuto sobre crimes contra crianças e adolescentes ou até mesmo no Código de Processo Penal.<sup>59</sup>

Dessa forma, tendo em conta que a previsão da infiltração virtual de agentes na investigação de crimes contra o público infantojuvenil no ECA trata-se de novidade legislativa e que, conseqüentemente, sua aplicação ensejará dúvidas nunca antes abordadas, faz-se necessário analisar como a Lei 13.441/2017 implantou a infiltração, especialmente nos aspectos relacionados ao procedimento e à sua efetiva utilização na prática investigativa brasileira.

#### 4.1 INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES

A Lei 13.441/2017 não trouxe profundas inovações às técnicas investigativas do direito brasileiro, tendo em vista que a infiltração de agentes já havia sido disciplinada na Lei 11.343/2006 e na Lei 12.850/2013.

---

<sup>59</sup> DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim; DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. p. 330.

Nesse panorama, Henrique Hoffmann Monteiro de Castro pondera que a infiltração de agentes é tida como gênero, do qual são espécies a infiltração presencial (física) e a infiltração virtual (cibernética ou eletrônica).<sup>60</sup>

Segundo Danni Sales da Silva, a infiltração virtual de agentes possui validade dentro do processo penal brasileiro justamente em virtude do disciplinado pela Lei de Organizações Criminosas e também pela Lei 9.296/1996, que regulamenta as interceptações. Desde que respeitadas a razoabilidade, a proporcionalidade e os requisitos legais, não há qualquer impedimento ao uso de agentes infiltrados no meio cibernético a fim de colher provas.<sup>61</sup>

Seguindo o mesmo posicionamento, Flavio Pereira assevera não haver vedação na Lei 12.850/2013 para que se utilize a infiltração virtual na investigação de delitos envolvendo organizações criminosas, tendo em vista que a infiltração de agentes na *internet* está compreendida pelo gênero infiltração de agentes. Ademais, para o autor, a Lei de Organizações Criminosas pode ser utilizada para suprir eventuais lacunas atinentes à infiltração virtual prevista pela Lei 13.441/2017.<sup>62</sup>

Tal questão trouxe, antes mesmo da aprovação do projeto que deu origem à Lei 13.441/2017, discussões em relação à real necessidade da nova normativa atinente à infiltração virtual. Rafael Wolff, por exemplo, alertou que o regime a ser incluído no ECA não apresentaria muitas inovações em relação à Lei 12.850/2013:

Diante do art. 1º, §2º, I, da Lei 12.850/13, a maioria dos crimes mencionados no Projeto já são passíveis de infiltração quando praticados no contexto da internacionalidade, diante do uso da Internet. Os demais, como o art. 217-A, por exemplo, dependeriam do fato de serem praticados no contexto de organização criminosa, o que autorizaria o uso da infiltração. Logo, não se consegue vislumbrar, na prática, que a norma implicará a efetiva expansão dos casos de aplicabilidade da infiltração, pois a grande maioria dos casos mencionados acima já estariam abrangidos pela Lei 12.850/13. O regime legal da infiltração não é de inovador se comparado com a Lei 12.850/13, pois o uso deste meio especial de investigação dependerá de

<sup>60</sup> CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso: 08 set. 2017.

<sup>61</sup> SILVA, Danni Sales. **Da validade processual penal das provas obtidas em sites de relacionamento e a infiltração de agentes virtuais no meio virtual**. São Paulo: RBCCrim, 2016. p. 203-235. Disponível em:

<[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/120.07.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/120.07.PDF)>. Acesso: 09 set. 2017.

<sup>62</sup> PEREIRA, Flávio Cardoso. **Agente infiltrado virtual: primeiras impressões da Lei 13.441/2017**. Disponível em: <<http://esdp.net.br/agente-infiltrado-virtual-primeiras-impressoes-da-lei-13-4412017>>. Acesso: 09 set. 2017.

autorização judicial e apenas será cabível se a prova não puder ser obtida por outros meios menos gravosos (art. 190-A do Projeto).<sup>63</sup>

O Instituto dos Advogados Brasileiros, compartilhando de tal visão, apresentou parecer opinando pela total rejeição do projeto que posteriormente deu origem à Lei 13.441/2017, sustentando: (i) a existência de outros meios hábeis para investigação de crimes contra a dignidade sexual do público infantojuvenil; (ii) a possível legalização do flagrante preparado com as operações de infiltração virtual; (iii) o não atingimento dos objetivos elencados no projeto legislativo, já que a infiltração, por si só, não pode servir como única prova no processo; e (iv) a possibilidade de excessos por parte dos policiais, considerando o não estabelecimento de sanções aos agentes.<sup>64</sup>

Contudo, mesmo reconhecendo que a Lei 13.441/2017 não trouxe flagrantes inovações, Flávio Cardoso Pereira explana que, de modo geral, a nova legislação possibilitou avanços no combate à criminalidade existente no meio cibernético, principalmente diante da “evolução assustadora das novas tecnologias”.

Superada a inexistência de consenso entre os doutrinadores sobre a necessidade da edição da Lei 13.441/2017, necessário se faz analisar os requisitos e o procedimento da infiltração virtual prevista no novo diploma legal.

## 4.2 REQUISITOS E PROCEDIMENTO

A Lei 13.441/2017, a fim de regulamentar e evitar a utilização indiscriminada da infiltração virtual de agentes, delimitou alguns requisitos para o uso de tal instrumento, bem como o procedimento a ser seguido pelos órgãos de persecução criminal.

Além de ser necessária a existência de indícios do cometimento de algum dos crimes descritos no *caput* do art. 190-A, a infiltração virtual de agentes deverá ser requerida pela autoridade policial ou por membro do Ministério Público e autorizada por juiz competente, mediante decisão devidamente circunstanciada e fundamentada, que também estabelecerá os limites da operação e ressaltará seu caráter subsidiário.

---

<sup>63</sup> WOLFF, Rafael. Infiltração de agentes por meio virtual. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 215-234.

<sup>64</sup> INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Parecer**: Indicação 064/2011. Disponível em: <[https://www.iabnacional.org.br/sessao.../1013\\_aae0ef030eea6812f3a8a767c020badb](https://www.iabnacional.org.br/sessao.../1013_aae0ef030eea6812f3a8a767c020badb)>. Acesso: 20 set. 2017.



Ainda, a lei em comento delimitou prazo para a duração da infiltração virtual e operacionalizou a relação entre Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário, órgãos que devem estar em constante diálogo a fim de combater a criminalidade contra crianças e adolescentes, bem como para evitar arbitrariedades e abusos em desfavor dos investigados.

#### 4.2.1 Rol de crimes que autorizam a infiltração virtual de agentes

Conforme o *caput* do art. 190-A do ECA, a infiltração de agentes policiais na *internet* poderá ser utilizada na apuração dos delitos tipificados nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do próprio ECA, além daqueles previstos nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Código Penal.

Entende-se ser tal rol taxativo, tendo em vista a subsidiariedade e excepcionalidade da infiltração virtual de agentes, que só será admitida quando a prova não puder ser obtida por outros meios, como anteriormente explicado.<sup>65</sup>

Os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do ECA são conhecidos popularmente como “pedofilia”, muito embora não exista um delito assim nomeado no Direito Penal brasileiro. São tipificadas, em síntese, condutas que abrangem o registro, o comércio, a difusão, a posse, o armazenamento e a simulação de cenas de sexo explícito ou pornografia compreendendo crianças e adolescentes, além do aliciamento, assédio, instigação e constrangimento, por qualquer meio de comunicação, de crianças com o objetivo de com elas praticar ato libidinoso.

O próprio ECA, em seu art. 241-E, conceitua a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica”, dispondo que se trata de qualquer situação que envolva crianças ou adolescentes em atividades sexuais explícitas ou da exibição de seus órgãos genitais com objetivos sexuais.<sup>66</sup> A doutrina diferencia que, nas cenas de sexo explícito, existe contato físico aparente e visível entre o agente e a criança e/ou

---

<sup>65</sup> NETO, Francisco Sannini. JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **Infiltração virtual de agentes é um avanço nas técnicas especiais de investigação criminal**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/infiltracao-virtual-agentes>>. Acesso: 20 set. 2017.

<sup>66</sup> “Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais”.

adolescente, enquanto nas cenas pornográficas há a exposição de imagens que exprimem atos obscenos, com ou sem contato físico.<sup>67</sup>

Já os delitos tipificados no Código Penal que autorizam a infiltração virtual de agentes são aqueles previstos no capítulo “Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável” (estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente e formas de exploração sexual) e também o crime de invasão de dispositivo informático.

Em relação a este último delito, tipificado no art. 154-A do Código Penal, verifica-se que a conduta nuclear revela-se na invasão de dispositivo informático alheio, que pode consistir em computador, notebook, celular ou qualquer outro aparato que funcione mediante sistemas informáticos, tratando-se de crime de perigo concreto. A invasão punível é aquela que ocorre mediante violação indevida de mecanismo de segurança como, por exemplo, a senha do usuário. O parágrafo primeiro impõe mesma pena para o agente que produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a invasão de dispositivo informático alheio, cuidando-se de delito de perigo abstrato. Nos parágrafos segundo e terceiro, por sua vez, tem-se crimes de dano, já que se exige a existência de prejuízo econômico e violação de segredo, respectivamente.<sup>68</sup>

Assim, a fim de atender ao disposto na Lei 13.441/2017, entende-se que, para autorizar a infiltração virtual de agentes, o crime de invasão de dispositivo informático alheio deve ocorrer em detrimento da dignidade sexual de criança ou adolescente. Um possível exemplo seria o *hacker* que viola computador de família alheia a fim de obter fotos dos filhos crianças sem roupa.

Já o capítulo “Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável”, composto por quatro crimes, foi introduzido no Código Penal em 2009 e, nas palavras de Paulo César Busato, visa tutelar certas vítimas que, por suas condições peculiares, não conseguem proteger-se de forma ampla contra violações à sua liberdade e dignidade

---

<sup>67</sup> Nesse sentido: CUNHA, Rogério Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado artigo por artigo**. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 593; e NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas 2**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

<sup>68</sup> BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Parte Especial**: artigos 121 a 234-C do Código Penal. São Paulo: Atlas, 2016. p. 400-414.

sexuais, podendo sofrer de modo mais gravoso as consequências delitivas, especialmente as psicológicas.<sup>69</sup>

Portanto, o primeiro requisito para que se possa autorizar a infiltração virtual de agentes é a existência de indícios da prática de algum dos delitos relacionados no rol do *caput* do art. 190-A do ECA.

#### 4.2.2 Subsidiariedade

O art. 190-A, §3º, do ECA<sup>70</sup>, prevê expressamente que a infiltração virtual de agentes é um meio subsidiário de obtenção de provas, ou seja, somente será admitida quando a prova não puder ser produzida por intermédio de outros artifícios, seguindo os mesmos moldes traçados pela Lei 12.850/2013.

A questão é importante em razão da potencial violação a direitos fundamentais dos investigados, especialmente o direito à privacidade, à intimidade e ao sigilo de comunicações de dados.

Entretanto, Murillo José Digiácomo e Ildeara de Amorim Digiácomo tecem críticas à redação do art. 190-A, §3º, do ECA, sustentando que o dispositivo pode abrir margem para a anulação indiscriminada das provas produzidas a partir da infiltração virtual:

O objetivo do dispositivo é ressaltar o caráter excepcional da infiltração. Em que pese essa preocupação seja razoável, da forma como redigido, o dispositivo pode dar margem à anulação de provas obtidas a partir de infiltrações consideradas injustificadas, diante a possibilidade de coleta de provas por outros meios, razão pela qual a cautela recomenda que isto seja devidamente ponderado quando do pedido e do deferimento da utilização desse meio de prova.<sup>71</sup>

A questão suscitada pelos autores parece estar mais condicionada à falta de atendimento aos requisitos e procedimentos legais para a implantação da medida do que à subsidiariedade. No caso de prova produzida em desacordo com as determinações da Lei 13.441/2017, estar-se-ia diante de violação ao princípio

<sup>69</sup> BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Parte Especial**: artigos 121 a 234-C do Código Penal. São Paulo: Atlas, 2016. p. 867.

<sup>70</sup> “§ 3º A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios”.

<sup>71</sup> DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim; DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. p. 331.

constitucional da vedação de prova ilícita, restando correta eventual declaração de nulidade.

A subsidiariedade imposta pelo legislador diz respeito ao fato de que a infiltração virtual, mesmo possuindo menor potencial lesivo aos direitos dos investigados quando comparada à infiltração presencial, continua sendo técnica excepcional de investigação.

Assim, deverá ser utilizada apenas quando os demais métodos de investigação criminal (diligências veladas, acordos de cooperação, quebra de sigilo telemático etc) não trouxerem resultados proveitosos, impossibilitando a colheita de evidências pela autoridade policial e Ministério Público, sob pena de se banalizar a infiltração virtual de agentes.

#### 4.2.3 Representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público

Além de indícios da prática de algum dos crimes acima listados e da necessidade de sua aplicação apenas em casos excepcionais, para que se possa utilizar a infiltração virtual de agentes na investigação de delitos contra crianças e adolescentes, deverá haver demanda pela autoridade policial ou pelo *Parquet*, nos seguintes termos, conforme inciso II do art. 190-A:

II – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e conterá a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas;

Nos casos de representação pela autoridade policial, a lei explicita que o Ministério Público deverá ser ouvido antes da autorização da infiltração pelo juízo (art. 190-A, inciso I).

Embora haja omissão no texto legal, entende-se que, quando a infiltração for requerida pelo órgão ministerial, também é necessária a manifestação técnica do delegado de polícia, que deve expor sua concordância com a medida, já que conhece

seus aparatos e sua equipe, além do fato de que será o responsável por capitanear a operação.<sup>72</sup>

Ainda dentro desta problemática, a Lei 13.441/2017 não menciona a possibilidade da autoridade policial recusar-se a realizar a infiltração virtual de agentes, diferentemente do que expõe a Lei 12.850/2013.

Nesse sentido, Flávio Cardoso Pereira menciona situação hipotética na qual não há agente com o perfil técnico e psicológico necessário para a atividade de infiltração na equipe policial: sem manifestação técnica do delegado de polícia anuindo ou discordando, muito provavelmente a operação autorizada judicialmente fracassará, tendo em vista as dificuldades operacionais.<sup>73</sup>

De qualquer forma, seja na representação policial, seja no requerimento ministerial, deverão estar presentes quatro elementos: (i) necessidade da medida; (ii) alcance das tarefas dos agentes; (iii) nomes ou apelidos dos investigados; e (iv) e dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dos investigados, quando possível.

A necessidade da medida deverá ser demonstrada ante a impossibilidade de se identificar a autoria e/ou colher prova de materialidade por meio das demais técnicas investigativas.

Já o alcance das tarefas dos agentes, os nomes/apelidos dos investigados e, quando possível, seus dados de conexão ou cadastrais são importantes para que se delimite a atividade a ser realizada, evitando a “*fishing expedition*”, isto é, a investigação abstrata e incerta que busca provas a qualquer custo, sem preocupar-se com um objeto específico, oportunizando a ocorrência de eventuais abusos policiais.<sup>74</sup>

Neste ponto, Francisco Sannini Neto e Higor Vinicius Nogueira entendem que a infiltração virtual de agentes poderia ser utilizada em caráter preventivo se a lei não impusesse a necessidade de indícios de autoria (nomes, apelidos, dados de conexão etc) para a utilização do instituto, “evitando, consequentemente, a prática dos crimes

---

<sup>72</sup> CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso: 18 set. 2017.

<sup>73</sup> PEREIRA, Flávio Cardoso. **Agente infiltrado virtual (Lei n. 13.441/17)**: primeiras impressões. Disponível em: <[https://issuu.com/esmpgo/docs/8-artigo-flavio\\_layout\\_1](https://issuu.com/esmpgo/docs/8-artigo-flavio_layout_1)>. Acesso: 20 set. 2017.

<sup>74</sup> CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso: 20 set. 2017.

que a lei visa coibir e viabilizando a identificação de pessoas propensas a praticá-los”.<sup>75</sup>

Contudo, isso parece ser exatamente aquilo que o legislador buscou evitar instituindo a subsidiariedade da medida e outros requisitos para a autorização da infiltração virtual. Inclusive, a infiltração de agentes com finalidade preventiva caracteriza uma aleatoriedade estatal e poderia “possibilitar a criação de um ‘panóptico moderno institucionalizado’, com a monitoração absoluta das pessoas, destruindo o primado da liberdade, intimidade e privacidade”.<sup>76</sup>

Ainda, quando possível, o requerimento ministerial ou a representação policial deverão conter “dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas”, sendo tais expressões conceituadas no art. 190-A, §2º do ECA.

Dados de conexão são as “informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet (IP) utilizado e terminal de origem da conexão”, enquanto dados cadastrais referem-se a “informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão”.

Tratam-se de elementos indispensáveis para a investigação de crimes cibernéticos, que, devido à sua natureza, guardam peculiaridades em relação aos demais. Segundo Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto, tais informações visam a apuração da autoria delitiva:

Normalmente são dados requisitados dos provedores de internet, que, por meio do endereço IP, conseguem identificar o ponto do qual partiu a conexão e podem, com isso, apresentar a identidade de quem acessou determinadas páginas, obteve, por *download*, determinados arquivos ou armazenou material em servidores em nuvem (*cloud computing*). A partir daí, os órgãos de investigação podem identificar a rede de conexões que normalmente envolvem diversos agentes, não raro milhares que se espalham por inúmeros países.<sup>77</sup>

Diante do exposto, infere-se que a representação da autoridade policial e o requerimento do Ministério Público deverão apresentar os detalhes mencionados

<sup>75</sup> NETO, Francisco Sannini. JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **Infiltração virtual de agentes é um avanço nas técnicas especiais de investigação criminal**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/infiltracao-virtual-agentes>>. Acesso: 20 set. 2017.

<sup>76</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos; NETO, Francisco Sannini. **Infiltração virtual: alguns breves apontamentos**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58136/infiltracao-virtual-alguns-breves-apontamentos>>. Acesso: 15 set. 2017.

<sup>77</sup> CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Infiltração de agentes de polícia na internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258738,101048-Infiltracao+de+agentes+de+policia+na+internet>>. Acesso: 29 set. 2017.

acima para que, no caso concreto, o magistrado decida sobre a possibilidade de autorizar a infiltração virtual de agentes.

#### 4.2.4 Autorização judicial

Após requerimento do Ministério Público ou representação por parte do delegado de polícia, o juiz analisará o pedido e, se assim entender, autorizará a operação, sempre mediante decisão circunstanciada e fundamentada, que também deverá fixar os limites da infiltração para a colheita de provas, nos termos do art. 190-A, inciso I, do ECA.<sup>78</sup>

Inicialmente, impende ressaltar que a decisão judicial deverá ser devidamente circunstanciada e fundamentada, atendendo ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, sob pena de nulidade.<sup>79</sup>

Tal requisito é importante a fim de se evitar a utilização da infiltração virtual de agentes em qualquer investigação criminal sob argumentos genéricos como a gravidade abstrata dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes ou a revolta social que tais delitos geram. Assim, caso a decisão não pormenorize as circunstâncias do caso concreto e não esteja fundamentada, é passível de nulidade.

Ainda, além de circunstanciada e fundamentada, a decisão judicial deverá estabelecer os limites da infiltração para obtenção de prova, baseando-se também nas informações expostas pelo delegado de polícia ou pelo *Parquet*. Muitas vezes não se sabe a abrangência da atividade criminosa no meio virtual, razão pela qual Henrique Hoffmann Monteiro de Castro expõe que:

Nesse sentido, ao estabelecer as balizas da infiltração, a permissão judicial deve autorizar expressamente o emprego de outras técnicas para colheita das evidências, sendo inviável exigir nova e específica autorização para cada elemento a ser angariado, face ao dinamismo dessa técnica investigativa.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> “I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público”.

<sup>79</sup> “IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

<sup>80</sup> CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso: 23 set. 2017.

No mesmo sentido, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto dissertam que, embora não se possa dar “carta branca” para os agentes infiltrados agirem como bem entenderem, a obrigatoriedade de ter autorização judicial a cada passo realizado pode ser um empecilho à rapidez exigida pela operação.<sup>81</sup>

Ocorre que, muitas vezes, a infiltração virtual necessitará do complemento de outra técnica de investigação para a obtenção de provas, como a já citada interceptação telemática. No caso concreto, o magistrado deverá averiguar se a situação demanda autorização mais ampla ou não, sempre expondo os argumentos utilizados para seu convencimento.

Destarte, verifica-se que ter prévia e fundamentada autorização judicial é requisito para a validade da infiltração virtual de agentes, sob pena de a operação ser declarada nula, assim como as provas em razão dela colhidas.

#### 4.2.5 Prazo

O inciso III do art. 190-A do ECA prevê que a infiltração virtual de agentes não poderá exceder o prazo de 90 dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a renovação de prazo é admitida quando for imprescindível para a apuração delitiva, sempre mediante autorização judicial. A necessidade de renovação do prazo poderá ser verificada por meio dos relatórios elaborados pelo agente infiltrado, que deverão ser entregues ao final de cada período delimitado para a operação ou quando requisitados pela autoridade policial e pelo *Parquet*, conforme art. 190-A, §1º, do ECA.

A delimitação do prazo para a infiltração virtual de agentes prevista no ECA é diferente daquela positivada na Lei 12.850/2013, na qual não há limite para renovação, desde que comprovada a necessidade da continuidade da medida e que seja autorizada judicialmente.

Nesse panorama, Henrique Hoffmann Monteiro de Castro mostra-se contrário à decisão do legislador de impor prazo máximo para a infiltração prevista pela Lei

---

<sup>81</sup> CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Infiltração de agentes de polícia na internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258738,101048-Infiltracao+de+agentes+de+policia+na+internet>>. Acesso: 29 set. 2017.



13.441/2017. Expõe que é preciso tempo para se conseguir a confiança do investigado e obter resultados proveitosos, razão pela qual “a imposição arbitrária de um prazo máximo pode culminar na interrupção forçada da operação e a colocação de vítimas em situação de risco”.<sup>82</sup>

Embora entenda razoável a preocupação do legislador em evitar que a infiltração dure períodos muito longos, Márcio André Lopes Cavalcante também tece críticas ao prazo delimitado. Menciona a conquista da confiança dos investigados como um ponto fundamental e que leva tempo – por vezes mais que 720 dias – sendo que, muitas vezes, a interrupção da operação pelo excesso de prazo prejudicará a descoberta da real identidade dos investigados ou a colheita de dados informáticos essenciais. Ainda, argumenta que a infiltração virtual não viola de forma intensa os direitos fundamentais dos possíveis criminosos, tendo em vista que “o investigado é quem irá revelar, para o policial infiltrado, aspectos relacionados com a sua intimidade, não havendo, contudo, interceptação feita por terceiro que não participa do relacionamento”.<sup>83</sup>

Em sentido contrário, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto entendem positivo o estabelecimento de prazo máximo para a infiltração virtual de agentes, enunciando que dois anos são “mais que suficientes” para a conclusão da investigação.<sup>84</sup>

Por um lado, 720 dias parece ser um prazo razoável para a conclusão da apuração, já que o procedimento investigatório deve prezar pela objetividade, pela eficiência e também pela cessação da atividade criminosa em detrimento de crianças e adolescentes. Contudo, não se pode negar que, por vezes, a complexidade da rede delitiva pode exigir que os agentes permaneçam infiltrados por mais tempo, sendo prejudicial e até mesmo danoso que a investigação seja interrompida por excesso de prazo.

---

<sup>82</sup> CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso: 08 set. 2017.

<sup>83</sup> CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Comentários à infiltração de agentes de polícia na internet para investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente**. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2017/05/comentarios-infiltracao-de-agentes-de.html>>. Acesso: 27 set. 2017.

<sup>84</sup> CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Infiltração de agentes de polícia na internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258738,101048-Infiltracao+de+agentes+de+policia+na+internet>>. Acesso: 27 set. 2017.

Logo, apesar das controvérsias citadas, reconhece-se a dificuldade inerente à investigação de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, sendo pertinente a discussão quanto à limitação temporal para a infiltração virtual, já que a medida não pode tomar proporções permanentes e incertas.

#### 4.2.6 Controle da operação e sigilo

Conforme já mencionado, nos termos do art. 190-A, §1º, do ECA, o Ministério Público e o juiz competente poderão requisitar relatórios parciais no decorrer da operação de infiltração, a fim de verificar o progresso, delimitar novas tarefas ou coibir eventuais excessos cometidos pelos agentes infiltrados.

Após o término da fase investigatória, também deverá ser confeccionado relatório, o qual deverá expor as circunstâncias e os detalhes da operação de infiltração. Tal relatório, juntamente dos demais registros e gravações produzidos, deverá ser encaminhado ao juiz e ao Ministério Público, nos termos do art. 190-E do ECA, formando apenso aos autos principais e servindo de base para eventual processo criminal.

O art. 190-B do ECA<sup>85</sup> dispõe sobre a necessidade de se manter as investigações em sigilo, razão pela qual as informações obtidas por meio da infiltração virtual deverão ser encaminhadas diretamente ao juiz competente. Ademais, tal dispositivo impõe que, no decorrer da operação, somente juiz, Ministério Público e autoridade policial terão acesso aos autos, com o objetivo de certificar a eficácia do procedimento.<sup>86</sup>

O sigilo faz-se necessário em razão da natureza da operação, que não teria sentido algum se realizada com o conhecimento dos investigados ou de seus advogados. Fazendo um paralelo com os comentários de Marcelo Batlouni Mendroni à Lei 12.850/2013, pode-se dizer que a operação estaria fadada ao insucesso desde

---

<sup>85</sup> “Art. 190-B. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelará por seu sigilo.

Parágrafo único. Antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações”.

<sup>86</sup> NETO, Francisco Sannini. JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **Infiltração virtual de agentes é um avanço nas técnicas especiais de investigação criminal**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/infiltracao-virtual-agentes>>. Acesso: 20 set. 2017.

o requerimento do *Parquet* ou representação da autoridade policial, tornando-se totalmente inócua.<sup>87</sup>

Outrossim, a própria natureza dos crimes investigados, envolvendo a intimidade de crianças e adolescentes, demanda a existência de sigilo nos autos, sob pena de violação aos princípios mais caros ao ECA.

#### 4.3 O AGENTE INFILTRADO

A expressão “agentes de polícia” contida na redação da Lei 13.441/2017 possui equivalência com o disposto na Lei 12.850/2013, já que reserva a atividade de infiltração apenas a policiais, e não a agentes de inteligência, membros do Ministério Público ou particulares.<sup>88</sup>

Considerando que não são todas as polícias que possuem atribuições investigativas e que a Lei 13.441/2017 trata expressamente de casos de investigação de crimes contra crianças e adolescentes, adota-se o entendimento de que apenas a Polícia Judiciária pode exercer atividade de infiltração.

Isso porque a própria Constituição Federal outorga à Polícia Federal e às Polícias Civis, na qualidade de órgãos de segurança pública, a função de apurar infrações penais, não tendo a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares tais atribuições.

Portanto, apenas agentes da Polícia Judiciária – composta pela Polícia Federal e pelas Polícias Civis – têm legitimidade para atuar como agentes virtuais infiltrados.

Ademais, a autoridade policial deverá designar preferencialmente agentes treinados para atuar no meio cibernético e que apresentem, conforme lição de Flávio Pereira, “aspectos psicológicos condizentes com a complexidade da operação, perfil intelectual adequado para o correto desempenho das tarefas inerentes ao plano operacional”.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado**: aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, 2016. p. 223.

<sup>88</sup> CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso: 08 set. 2017.

<sup>89</sup> PEREIRA, Flávio Cardoso. **Agente infiltrado virtual**: primeiras impressões da Lei 13.441/2017. Disponível em: <<http://esdp.net.br/agente-infiltrado-virtual-primeiras-impressoes-da-lei-13-4412017>>. Acesso: 30 set. 2017.

Mesmo contando com a atuação de policiais treinados e tecnicamente preparados, a infiltração de um agente na esfera virtual, na maior parte das vezes, implica no cometimento de delitos pelo representante estatal, tendo em vista a necessidade de adquirir a confiança e participar das atividades praticadas pelo criminoso.

Visando regulamentar tal situação, o art. 190-C do ECA disciplinou que:

Art. 190-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).  
Parágrafo único. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.

No ponto de vista de Flávio Cardoso Pereira, o legislador falhou ao não mencionar expressamente a causa excludente de responsabilidade que recai sobre o agente infiltrado virtual nas hipóteses em que se faz necessária a prática de delitos.<sup>90</sup>

A omissão do legislador, inclusive, fomenta discussões sobre em qual causa de exclusão de responsabilidade incidiria o agente infiltrado virtual ao cometer crimes no âmbito da operação. Nesse panorama, pontua-se que a Lei de Organizações Criminosas foi mais completa ao prever causa de exclusão da culpabilidade (inexigibilidade de conduta diversa) aos agentes infiltrados que porventura precisem cometer delitos no âmbito da investigação, sempre observando a proporcionalidade.<sup>91</sup>

Entretanto, parte da doutrina discorda da solução adotada pelo legislador na Lei 12.850/2013, podendo tais ponderações serem utilizadas na interpretação da Lei 13.441/2017, ainda carente de análises doutrinárias.

Há quem defenda que condutas criminosas eventualmente praticadas pelo agente infiltrado devam ser abrangidas pela tese da atipicidade, seja em razão da ausência de efetiva lesão a bem jurídico, seja em razão de não atingir o ordenamento jurídico em sua totalidade.

Em relação a tal ponto, cumpre fazer breve menção à noção de tipicidade enunciada por Eugenio Raúl Zaffaroni. Para o autor, a tipicidade penal seria composta

<sup>90</sup> PEREIRA, Flávio Cardoso. **Agente infiltrado virtual (Lei 13.441/2017)**: primeiras impressões. Disponível em: <[https://issuu.com/esmpgo/docs/8-artigo-flavio\\_layout\\_1](https://issuu.com/esmpgo/docs/8-artigo-flavio_layout_1)>. Acesso: 03 out. 2017.

<sup>91</sup> CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Infiltração de agentes de polícia na internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258738,101048-Infiltracao+de+agentes+de+policia+na+internet>>. Acesso: 29 set. 2017.

pela tipicidade formal e pela tipicidade conglobante, sendo esta constituída pela tipicidade material e pela antinormatividade. Assim, para ser típica, a conduta em questão, além de subsumir-se ao tipo (tipicidade formal), também precisaria lesionar o bem jurídico (tipicidade material) e violar a norma (antinormatividade).<sup>92</sup>

Nesse contexto, a ação do agente infiltrado atuante no bojo de organização criminosa até poderia ser considerada formalmente típica, mas estaria desprovida de tipicidade conglobante em virtude da ausência de tipicidade material ou de antinormatividade. Situações tradicionalmente classificadas como causas excludentes da ilicitude penal, como, por exemplo, o estrito cumprimento do dever legal, seriam consideradas carentes de tipicidade conglobante, já que autorizadas pelo direito por meio da decisão judicial que permitiu a operação de infiltração de agentes.<sup>93</sup>

De um outro ponto de vista, Denílson Feitoza Pacheco leciona que, nesses casos, tratar-se-ia de causa excludente de ilicitude, uma vez que o agente policial infiltrado estaria apenas seguindo ordens de seu superior – a autoridade policial – e agindo de acordo com autorização judicial.<sup>94</sup>

Adversamente a tais interpretações e objeto de inúmeras críticas doutrinárias neste quesito, a Lei 12.850/2013, conforme já mencionado, adotou como solução a inexigibilidade de conduta diversa como causa de exclusão da culpabilidade do agente infiltrado, uma vez que, para atender o propósito da infiltração, o policial “obriga-se” a participar de certos crimes.<sup>95</sup>

A par de tais discussões e controvérsias, nas razões que fundamentaram a aprovação da Lei 13.441/2017, consta a justificativa de que o art. 190-C do ECA seria uma garantia para o agente policial que precisasse praticar o crime de invasão de dispositivo eletrônico.<sup>96</sup>

---

<sup>92</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. 11. ed. São Paulo: RT, 2015. p. 412.

<sup>93</sup> ESTEFAM, André. **Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 195.

<sup>94</sup> PACHECO, Denílson Feitoza. **Direito Processual Penal: teoria, crítica e práxis**. Niterói: Impetus, 2005. p. 968

<sup>95</sup> CONSERINO, Cassio Roberto; VASCONSELOS, Clever Rodolfo Carvalho; MAGNO, Levy Emanuel (Orgs.). **Crime organizado e instituto correlatos**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 86.

<sup>96</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 1.404, de 2011. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autor: Senado Federal. Relatora: Deputada Cristiane Brasil. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 14 abr. 2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011)>. Acesso: 09 set. 2017.

Contudo, observa-se no referido dispositivo legal que há exclusão de crime para o “policial que oculta sua identidade” a fim de colher indícios da existência de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, nada indicando sobre a prática de invasão de dispositivo informático alheio ou mesmo sobre a posse de material pornográfico infantojuvenil.

Mesmo diante de tal omissão por parte da Lei 13.441/2017, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto lembram que o próprio ECA<sup>97</sup> exclui a existência dos crimes ligados ao armazenamento e à posse de registros pornográficos quando praticados com a finalidade de comunicar às autoridades competentes sobre as transgressões:

Dessa forma, com a finalidade de identificar determinado criminoso e de comprovar que se trata de alguém que armazena e transmite imagens pornográficas de crianças e adolescentes para posteriormente submetê-los a prostituição ou outra forma de exploração sexual, o agente infiltrado pode receber tais imagens, pode armazená-las para posteriormente juntá-las ao relatório da investigação, como também pode transmiti-las caso seja necessário para não dispersar a confiança dos criminosos investigados. O mesmo pode ser dito de produções pornográficas envolvendo crianças e adolescentes: se o agente policial registra, com finalidade probatória, algo que está sendo transmitido via internet não há crime de sua parte.<sup>98</sup>

Também se adicionou ao ECA, através do parágrafo único do art. 190-C, dispositivo prevendo que o policial que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá por seus excessos, seja por meio de sanções disciplinares, seja judicialmente.

No que se refere aos direitos do agente infiltrado, diferentemente da Lei 12.850/2013, a Lei 13.441/2017 dispõe apenas sobre a possibilidade de se preservar a identidade do policial infiltrado virtual.

Nesse sentido, considerando que na maioria das operações de infiltração é preciso criar uma nova identidade ao agente policial a fim de que possa interagir com

---

<sup>97</sup> “Art. 241-B §2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: I – agente público no exercício de suas funções; II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário”.

<sup>98</sup> CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Infiltração de agentes de polícia na internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258738,101048-Infiltracao+de+agentes+de+policia+na+internet>>. Acesso: 29 set. 2017.

o investigado, o art. 190-D do ECA<sup>99</sup> menciona que, durante a infiltração, o agente poderá utilizar identidade fictícia, sendo que os órgãos de registro e cadastro público viabilizarão a inclusão das informações fictícias nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição do juiz.

Ainda, conforme art. 190-E, parágrafo único, do ECA<sup>100</sup>, ao final da infiltração, após a confecção de relatório circunstanciado contendo detalhes dos atos realizados, o agente policial continuará possuindo o direito de ter sua identidade preservada.

Contudo, Francisco Sannini Neto e Higor Vinicius Nogueira Jorge defendem que não existem motivos para a preservação da identidade do agente policial após a conclusão da operação de infiltração virtual, tendo em vista que se trata de meio menos perigoso para o agente comparado à infiltração da Lei 12.850/2013:

Demais disso, tendo em vista que a diligência se desenvolve pela Internet, de maneira que a identidade física do agente não possa ser revelada, não vemos a necessidade de preservar o seu nome, sua qualificação, sua voz e demais informações pessoais durante o processo, pois tais revelações nem sequer inviabilizariam sua participação em infiltrações futuras.

Sem embargo, o artigo 190-E, da nova lei, assegura a preservação da identidade do agente infiltrado, sendo que tal previsão não se aplica à defesa no processo, conforme já salientado.<sup>101</sup>

Ocorre que, mesmo que o agente infiltrado virtual não sofra das mesmas ameaças e perigos físicos inerentes à infiltração presencial, existe a necessidade de proteger sua intimidade e privacidade, principalmente diante da natureza dos crimes investigados. Nesse aspecto, há autores que entendem haver “risco de contaminação psíquica, de criação de desequilíbrio emocional e moral, até mesmo com o surgimento de uma crise de identidade pessoal do policial infiltrado”.<sup>102</sup>

<sup>99</sup> “Art. 190-D. Os órgãos de registro e cadastro público poderão incluir nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição da autoridade judicial, as informações necessárias à efetividade da identidade fictícia criada.

Parágrafo único. O procedimento sigiloso de que trata esta Seção será numerado e tombado em livro específico”.

<sup>100</sup> “Art. 190-E. Parágrafo único. Os atos eletrônicos registrados citados no caput deste artigo serão reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos”.

<sup>101</sup> NETO, Francisco Sannini; JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **Infiltração virtual é um avanço nas técnicas especiais de investigação criminal**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/infiltracao-virtual-agentes>>. Acesso: 29 set. 2017.

<sup>102</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos; NETO, Francisco Sannini. **Infiltração virtual: alguns breves apontamentos**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58136/infiltracao-virtual-alguns-breves-apontamentos>>. Acesso: 01 out. 2017.

Portanto, diante do exposto, percebe-se as questões relativas à responsabilização do agente infiltrado virtual quando da prática de crimes, bem como à possibilidade de ocultação de sua identidade durante a investigação criminal, são, assim como na Lei de Organizações Criminosas, pontos controvertidos na Lei 13.441/2017.



## 5 CONCLUSÃO

O tratamento dispensado pelo direito à parcela populacional infantojuvenil sofreu inúmeras transformações até se alcançar o caráter protetivo hoje presente nos instrumentos normativos, responsáveis por tutelar não apenas os aspectos familiares e sociais relativos a crianças e adolescentes, mas também por resguardá-los de qualquer tipo de violência.

Contudo, mesmo diante de dispositivos jurídicos protetivos, continua aumentando o número de crianças e adolescentes vítimas de crimes, especialmente de delitos cibernéticos, fenômeno que foi potencializado pela difusão da tecnologia pelo mundo, especialmente com o uso de dispositivos informáticos e da *internet*.

Nesse âmbito, a existência de redes de distribuição de material pornográfico infantojuvenil atuantes junto à rede mundial de computadores representa um problema de difícil gerenciamento pelas autoridades, tendo em vista o alto grau de especialização técnica dos criminosos e da complexidade em identificá-los.

Não são somente as complexas redes de pornografia que preocupam os órgãos oficiais, mas também os sujeitos que agem individualmente, registrando, comercializando, difundindo e armazenando - entre outras condutas nucleares - material contendo cenas pornográficas ou de sexo explícito com crianças e adolescentes.

Além da problemática envolvendo a disponibilização *online* dos registros pornográficos, há que se pensar, ainda, que uma criança e/ou um adolescente sofreu as consequências da produção de tal material “na pele”, isto é, foi submetida à gravação de vídeos de cunho sexual, a registros contendo nudez, à prática de atos libidinosos e a outras violações à sua dignidade sexual.

Diante deste panorama, os órgãos de persecução criminal contam com alguns instrumentos para a investigação de tais delitos, tais como: acordos de cooperação jurídica internacional com outros países; acordos de cooperação operacional entre entidades como a *SaferNet* Brasil, *Google*, Polícia Federal, Ministério Público etc; possibilidade de interceptação das comunicações informáticas e telemáticas, nos moldes da Lei 9.296/1996; e utilização dos procedimentos previstos na Lei 12.850/2013, a chamada Lei de Organizações Criminosas.

Quanto a esta última lei, conforme ressaltado no decorrer deste trabalho, existe a possibilidade de utilização de seus dispositivos para além de crimes envolvendo pornografia cometidos por organizações criminosas: a Lei 12.850/2013 também é aplicável, de acordo com seu art. 1º, §2º, “às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente”.

Desse modo, muitos dos delitos virtuais perpetrados em detrimento da dignidade sexual de crianças e adolescentes podem ser abrangidos pelas técnicas de investigação da Lei de Organizações Criminosas, já que estão previstos em convenções ou tratados internacionais, conforme demonstrado no tópico “Compromissos e Obrigações Internacionais”, e, em sua maioria, são caracterizados pela transnacionalidade.

A infiltração de agentes prevista no art. 10 e seguintes da Lei 12.850/2013, portanto, pode ser utilizada na apuração de grande parte das infrações sexuais contra o público infantojuvenil, estando detalhadamente disciplinada na recente Lei de Organizações Criminosas e suscitando inúmeras discussões na doutrina e na jurisprudência.

Mesmo com a previsão da infiltração de agentes na Lei 12.850/2013, o Poder Legislativo editou e aprovou, sob argumentos baseados na gravidade dos crimes e na dificuldade de identificação da autoria delitiva, o projeto que deu origem à Lei 13.441/2017, responsável por incluir no Estatuto da Criança e do Adolescente dispositivos atinentes à infiltração de agentes de polícia na *internet* para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Conforme análise realizada no capítulo “Da infiltração de agentes prevista pela Lei 13.441/2017”, verifica-se o texto da Lei 13.441/2017 muito se assemelha às disposições da Lei 12.850/2013, com apenas algumas diferenças pontuais.

Prevendo a subsidiariedade da infiltração de agentes, a Lei 13.441/2017 instituiu que a medida poderá ser representada pela autoridade policial ou requerida pelo *Parquet* quando esgotadas as demais possibilidades de investigação.

Nesse sentido, o Instituto dos Advogados do Brasil, em parecer opinando pela rejeição do projeto que deu origem à Lei 13.441/2017, pontuou que “há diversos métodos de investigação capazes de obter com maior precisão elementos concretos da prática de crimes cometidos através da *internet*”, como, por exemplo, medidas de interceptações e a infiltração de agentes da Lei 12.850/2013. Ademais, mencionou a

possibilidade da ocorrência de flagrante preparado pelos agentes infiltrados e a insuficiência de medidas sancionatórias para o agente policial cometedor de excessos.<sup>103</sup>

Portanto, verifica-se que, embora haja a necessidade de implementar as técnicas de investigação de crimes virtuais cometidos em detrimento da dignidade sexual de crianças e adolescentes, a Lei 13.441/2017 não apresentou relevantes inovações no ordenamento jurídico brasileiro.

Não se ignora a gravidade dos crimes de cunho sexual praticados contra o público infantojuvenil e a necessidade de se proteger de forma efetiva tal grupo, mas a aprovação de novas leis apenas para acalentar os ânimos da sociedade não se mostra o melhor caminho.

Parece ser mais viável e mais proveitosa a realização de investimentos na preparação dos órgãos de persecução criminal, especialmente no que se refere ao setor informático, no qual poucas pessoas encontram-se realmente prontas para desvendar as incógnitas cibernéticas presentes na *Dark Web* e na *Deep Web*, redes privativas e anônimas onde ocorre a maior parte dos delitos envolvendo pornografia infantojuvenil.

Assim, em continuidade à tendência dos últimos anos e buscando aprimorar-se de acordo com as novas tecnologias, sempre sob a égide da razoabilidade e da proporcionalidade na investigação criminal, o direito deve permanecer preocupando-se com a proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes que, como bem jurídico, está constantemente sujeita a violações físicas e virtuais.

---

<sup>103</sup> INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Parecer:** Indicação 064/2011. Disponível em: <[https://www.iabnacional.org.br/sessao.../1013\\_aae0ef030eea6812f3a8a767c020badb](https://www.iabnacional.org.br/sessao.../1013_aae0ef030eea6812f3a8a767c020badb)>. Acesso: 07 nov. 2017.

## REFERÊNCIAS

AMIM, Andréa Rodrigues. Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente. In: MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. (Coord). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ASCARI, Janice Agostinho Barreto. Cybercrimes e a atuação do Ministério Público Federal. In: OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de (Coord.). **Direito e Processo Penal na Justiça Federal**. São Paulo: Atlas. 2011.

AZEVEDO, Maurício Maia de. **O código de Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. 2007. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136)>. Acesso: 18 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso: 22 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 out. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso: 22 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm)>.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 1.404, de 2011. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autor: Senado Federal. Relatora: Deputada Cristiane Brasil. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 14 abr. 2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011)>. Acesso: 09 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de

Janeiro, RJ, 12 out. 1927, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso: 18 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 6 nov. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm)>. Acesso: 18 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.007, de 8 de março de 2004. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 mar. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm)>. Acesso: 13 out. 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto; BUSATO, Paulo César. **Comentários à Lei de Organização Criminosa**: Lei n. 12.850/2013. São Paulo: Saraiva, 2014.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Parte Especial**: artigos 121 a 234-C do Código Penal. São Paulo: Atlas, 2016.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos; NETO, Francisco Sannini. **Infiltração virtual**: alguns breves apontamentos. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58136/infiltracao-virtual-alguns-breves-apontamentos>>.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus aspectos processuais**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001. p. 111.

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **Lei 13.441/2017 instituiu a infiltração policial virtual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policia-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Comentários à infiltração de agentes de polícia na internet para investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente**. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2017/05/comentarios-infiltracao-de-agentes-de.html>>.

CAVALCANTE, Waldek Fachinelli. **Crimes Cibernéticos**: noções básicas de investigação e ameaças na internet. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj054548.pdf>>. Acesso: 29 out. 2017.

CHILDHOOD BRASIL. **Novas tecnologias ajudam a prender redes internacionais de pornografia infantil**. 2012. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/novas-tecnologias-ajudam-a-prender-redes-internacionais-de-pornografia-infantil>>. Acesso: 12 out. 2017.

CONSERINO, Cassio Roberto; VASCONSELOS, Clever Rodolfo Carvalho; MAGNO, Levy Emanuel (Orgs.). **Crime organizado e instituto correlatos**. São Paulo: Atlas, 2011.

CORBELLINI, Gisele. **Convenção dos Direitos da Criança – Direito de Todos**. 2012. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/conven%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-da-crian%C3%A7a-direito-de-todos>>. Acesso: 15 ago. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado: Comentários à nova Lei sobre o Crime Organizado**. Lei 12.850/2013. Salvador: Juspodivm, 2013.

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Infiltração de agentes de polícia na internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258738,101048-Infiltracao+de+agentes+de+policia+na+internet>>. Acesso: 29 set. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado artigo por artigo**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários jurídicos e sociais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

DIGIÁCOMO, Ideara de Amorim; DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. Curitiba, Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017.

DISSENHA, Rui Carlo. **Cooperação Jurisdicional Penal Internacional: o difícil conflito entre os planos jurídico e político na justiça penal**. 2015. Disponível em: <[http://www.academia.edu/33986858/Coopera%C3%A7%C3%A3o\\_Jurisdicional\\_Penal\\_Internacional\\_o\\_dif%C3%ADcil\\_conflito\\_entre\\_os\\_planos\\_jur%C3%ADdico\\_e\\_pol%C3%ADtico\\_na\\_justi%C3%A7a\\_penal](http://www.academia.edu/33986858/Coopera%C3%A7%C3%A3o_Jurisdicional_Penal_Internacional_o_dif%C3%ADcil_conflito_entre_os_planos_jur%C3%ADdico_e_pol%C3%ADtico_na_justi%C3%A7a_penal)>. Acesso: 25 out. 2017.

DOMINGOS, Fernanda Teixeira Souza. A obtenção das provas digitais na investigação dos delitos de violência e exploração sexual infantil online. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: Parte Geral**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERNANDES, Simone dos Santos Lemos; CALDI, Valéria. Do reflexo do desenvolvimento das novas tecnologias de informação na prática de crimes contra

crianças e adolescentes. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

FERRO, Ana Luiza Almeida; PEREIRA, Flávio Cardoso; GAZZOLA, Gustavo dos Reis. **Criminalidade Organizada**: comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. Curitiba: Juruá, 2014.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Manual Sobre o Protocolo Facultativo Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil**. 2010. p. 22. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/optional\\_protocol\\_por.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/optional_protocol_por.pdf)>. Acesso: 13 out. 2017.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Nova Iorque, 2009. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc\\_20anosCDC.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Parecer**: Indicação 064/2011. Disponível em: <[https://www.iabnacional.org.br/sessao.../1013\\_aae0ef030eea6812f3a8a767c020ba db](https://www.iabnacional.org.br/sessao.../1013_aae0ef030eea6812f3a8a767c020ba db)>. Acesso: 20 set. 2017.

MALAQUIAS, Roberto Antônio Darós. **Crime Cibernético e Prova**: A Investigação Criminal em Busca da Verdade. Curitiba: Juruá, 2015.

MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado**: aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal**. Brasília: 2012. p. 07. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/pedido-de-cooperacao-1/manuais-de-atuacao-1/cartilha-de-cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal-drci-mj/cartilha-de-cooperacao-juridica-internacional-em-materia-penal-drci-mj>>. Acesso: 25 out. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Atuação do Ministério Público Federal: Combate aos Crimes Cibernéticos**. Disponível em: <[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Atua%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_MP\\_no\\_combate\\_aos\\_crimes\\_cibern%C3%A9ticosINFANCIA\\_E\\_JUVENTUDE.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Atua%C3%A7%C3%A3o_do_MP_no_combate_aos_crimes_cibern%C3%A9ticosINFANCIA_E_JUVENTUDE.pdf)>. Acesso: 13 out. 2017.

NERI, Cristiano; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **A doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral: infância e adolescência sob controle e proteção do Estado**. 2010. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/221.pdf>>. Acesso: 07 set. 2017.

NETO, Francisco Sannini; JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **Infiltração virtual é um avanço nas técnicas especiais de investigação criminal**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/infiltracao-virtual-agentes>>. Acesso: 20 set. 2017.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas 2**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa**: Comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso: 20 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)>. Acesso: 15 ago. 2017.

PACHECO, Denílson Feitoza. **Direito Processual Penal**: teoria, crítica e prática. Niterói: Impetus, 2005.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: RT, 2002.

PEREIRA, Dalliana Vilar; SOUZA, Gills Lopes Macedo. **A Convenção de Budapeste e as Leis Brasileiras**. 2015. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a\\_convencao\\_de\\_budapeste\\_e\\_as\\_leis\\_brasileiras.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_convencao_de_budapeste_e_as_leis_brasileiras.pdf)>. Acesso: 13 out. 2017.

PEREIRA, Flávio Cardoso. **Agente infiltrado virtual: primeiras impressões da Lei 13.441/2017**. Disponível em: <<http://esdp.net.br/agente-infiltrado-virtual-primeiras-impressoes-da-lei-13-4412017>>. Acesso: 09 set. 2017.

PEREIRA, Flávio Cardoso. **Agente infiltrado virtual (Lei 13.441/2017)**: primeiras impressões. Disponível em: <[https://issuu.com/esmpgo/docs/8-artigoflavio\\_layout\\_1](https://issuu.com/esmpgo/docs/8-artigoflavio_layout_1)>. Acesso: 09 set. 2017.

PORTAL BRASIL. **Dia Nacional Contra Abuso Sexual de Crianças e Jovens é celebrado nesta quinta (18)**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contra-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18>>. Acesso: 29 set. 2017.



SAFERNETBRASIL. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. 2017. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br>>. Acesso: 28 set. 2017.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SHIMABUKURO, Adriana; SILVA, Melissa Garcia Blagitz de Abreu. Internet, Deep Web e Dark Web. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

SILVA, Angelo Roberto Ilha da. Pedofilia, pornografia infanto-juvenil e os tipos penais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. In: SILVA, Angelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

SILVA, Danni Sales. **Da validade processual penal das provas obtidas em sites de relacionamento e a infiltração de agentes virtuais no meio virtual**. São Paulo: RBCCrim, 2016. p. 203-235. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/120.07.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/120.07.PDF)>.

SILVA, Eduardo Araújo da. **Organizações Criminosas**: Aspectos penais e processuais penais da Lei 12.850/13. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Tatiane Ferreira de. **Pensamento social do primeiro juiz de menores do Rio de Janeiro José Cândido de Albuquerque Mello Mattos e a criação das instituições assistenciais do Distrito Federal (1924-1934)**. 2011. 48 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011. Disponível em <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/TFS.2.2010.pdf>>. Acesso: 20 ago. 2017.

TRINDADE, Jorge; BREIER, Ricardo. **Pedofilia: aspectos psicológicos e penais**. 3. Ed. Ver. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: 20 anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VICE. **Como uma operação da Polícia Federal prendeu uma rede de pedofilia na deep web**. 2016. Disponível em: <[https://motherboard.vice.com/pt\\_br/article/gvdx37/como-uma-operacao-da-policia-federal-prendeu-uma-rede-de-pedofilia-na-deep-web](https://motherboard.vice.com/pt_br/article/gvdx37/como-uma-operacao-da-policia-federal-prendeu-uma-rede-de-pedofilia-na-deep-web)>. Acesso: 31 out. 2017.

WOLFF, Rafael. Infiltração de agentes por meio virtual. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (Coord.). **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: parte geral. 11. ed. São Paulo: RT, 2015.